



Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Bruxelas, Dezembro de 2008, N.º 41

Conferência sobre Alterações Climáticas em Poznan terminou com compromisso

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas terminou em Poznan, a 13 de Dezembro, com um compromisso claro, por parte dos governos, de se empenharem plenamente no processo de negociação no próximo ano, a fim de formularem uma resposta internacional ambiciosa e eficaz para as alterações climáticas, a ser acordada em Copenhaga no final de 2009. As partes concordaram em que o

primeiro projecto de texto concreto destinado a servir de base às negociações ficará disponível numa reunião da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), a realizar em Bona, em Junho de 2009.

Em Poznan, foram dados os últimos retoques no Fundo para Adaptação do Protocolo de Quioto, tendo as partes concordado em que o Fundo será uma



entidade jurídica a que os países em desenvolvimento poderão aceder directamente. Foram alcançados progressos no que se refere a uma série de questões

pendentes que são especialmente importantes para os países em desenvolvimento, nomeadamente, adaptação, financiamento, redução das emissões geradas pela

desflorestação e degradação das florestas (REDD) e gestão de catástrofes.

(continua na página 2)

Editorial - Afsane Bassir-Pour, Directora



Declaração Universal. Até a imprensa aderiu, talvez não tanto como teríamos desejado mas, mesmo assim, dedicou páginas inteiras aos direitos humanos.

Graças à Declaração Universal, 2008 foi um ano bom para o UNRIC. Modéstia à parte,

Mais uma vez, um dos nossos caricaturistas para a paz ajuda-nos a desejar-vos um Ano Novo muito feliz e cheio de saúde.

Foi animador ver pessoas de toda a Europa celebrar o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao longo do ano, procurámos deliberadamente evitar a palavra "celebração", mas as pessoas celebraram efectivamente aquele documento extraordinário, que algumas já denominaram uma constituição para os povos do mundo. Ao realizarem seminários, conferências e debates, bem como concursos, filmes, concertos e eventos populares, as pessoas assumiram a

podemos orgulhar-nos da nossa primeira campanha de informação pública europeia e do sítio Web criado para o efeito – KnowYourRights2008.org.

Foram apresentados mais de 500 projectos no sítio Web, e o nome da campanha, "Conheça os seus direitos", tornou-se uma marca conhecida, aparecendo por toda a parte.

(continua na página 2)

Assembleia Geral adopta um texto comemorativo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Protocolo Facultativo ao Pacto sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais



A 10 de Dezembro, Dia dos Direitos Humanos, a Assembleia Geral assinalou o 60.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptando por aclamação uma declaração em que reafirma a indivisibilidade de todos os direitos e liberdades fundamentais e a sua vontade de garantir a plena realização dos direitos humanos para

todos. Nessa Declaração, a Assembleia deplora nomeadamente o facto de os direitos humanos e as liberdades fundamentais não serem ainda "nem plena nem universalmente respeitados" em todo o mundo e compromete-se a reforçar a cooperação internacional e o diálogo, a fim de promover e proteger todos os direitos humanos, afirmando também a sua determinação em prosseguir os esforços em prol da consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Com base nas recomendações da Terceira Comissão, a Assembleia adoptou também por unanimidade um Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, recomendando que seja aberto à assinatura em 2009.

(continua na página 4)

Estados devem cumprir as promessas de ajuda, apesar da crise financeira, conclui conferência de Doha

Participantes de mais de 160 países reunidos na Conferência Internacional de Seguimento sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que decorreu de 29 de Novembro a 2 de Dezembro, na capital do Catar, salientaram a necessidade de se respeitarem os compromissos de ajuda assumidos em relação aos países pobres, apesar do actual abrandamento económico, e apelaram à Organização para que convocasse uma reunião internacional sobre a crise financeira mundial e o seu impacto no desenvolvimento.

A Conferência terminou com a adopção de um documento final, a Declaração de Doha, que reafirma o histórico acordo de parceria para o desenvolvimento mundial estabelecido em Monterrey, no México, em 2002. A Declaração de Doha afirma, nomeadamente, que o compromisso, assumido pelos países desenvolvidos, em Monterrey, de afectar 0,7% do seu produto nacional bruto (PNB) à APD tem de ser mantido, apesar da actual crise financeira.

(continua na página 2)

TRIBUNA: "O 60.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos" – Maria de Jesus Barroso Soares (página 17)

Conferência sobre Alterações Climáticas em Poznan terminou com compromisso claro (continuação)

Um evento fundamental da Conferência foi a mesa-redonda ministerial sobre uma visão comum para acções de cooperação a longo prazo no domínio das alterações climáticas. Os ministros assumiram o compromisso de alcançar um acordo ambicioso e abrangente em Copenhaga, que todos possam ratificar. A próxima reunião importante da CQNUAC terá lugar de 29 de Março a 8 de Abril do próximo ano, em Bona.

Ao usar da palavra, no segmento de alto nível da Conferência, a 11 de Dezembro, o Secretário-Geral Ban Ki-moon apelou a uma solidariedade mundial renovada para superar o duplo desafio das alterações climáticas e da crise financeira, dizendo aos ministros reunidos em Poznan que o mundo não se pode dar o luxo de permitir que as adversidades económicas dificultem a realização de progressos no que se refere ao "desafio que define a nossa era". Sublinhou a necessidade de agir desde já, para evitar recuos em relação aos compromissos assumidos com vista a superar aquelas ameaças.

"O mundo está a observar-nos. A próxima geração conta connosco. Não podemos fracassar", disse o Secretário-Geral aos participantes de cerca de 200 países.



O Secretário-Geral observou que, para gerir a crise financeira mundial, é necessário um estímulo mundial em grande escala, acrescentando que grande parte desse esforço deveria consistir num investimento num futuro verde. "Um investimento destinado a combater as alterações climáticas,

criar milhões de empregos verdes e incentivar um crescimento verde". Aquilo de que o mundo necessita é de um "New Deal Verde" – que funcione para todos os países, ricos e pobres", afirmou.

"Em suma, a nossa resposta à crise económica tem de permitir que promovamos os objectivos do clima, e a nossa resposta à crise climática tem de contribuir para a consecução dos objectivos económicos e sociais", disse Ban Ki-moon.

Yvo de Boer, Secretário Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), instou os participantes a "enviarem ao mundo, de Poznan, um sinal claro de que estão dispostos a criar as estruturas financeiras necessárias para conduzir a economia mundial para um caminho de baixos níveis de emissões".

Estados devem cumprir as promessas de ajuda, apesar da crise financeira, conclui conferência de Doha (continuação)



O texto apela aos doadores para que "desvinculem" a ajuda e a tornem mais previsível, para além de incentivarem os esforços destinados a aumentar a qualidade e eficácia da ajuda. Por outro lado, os participantes sublinharam que o Investimento Directo Estrangeiro tem de ser canalizado para os sectores com mais capacidade de promover o desenvolvimento, reduzir a pobreza e aumentar as oportunidades de emprego.

"A crise financeira mundial mais grave desde a criação das Nações Unidas" está a pôr em causa a capacidade dos países no que se refere a enfrentar problemas como a pobreza, a fome e a doença, afirma uma declaração conjunta do Presidente da Assembleia Geral, Miguel D'Escoto, e do Presidente de Conferência e Emir do Catar, Xeque Hamad bin Khalifa Al-Thani, emitida por ocasião do encerramento da conferência.

Além disso, está a pôr em perigo a capacidade de os países assegurarem os fundos necessários para realizar as metas de desenvolvimento acordadas a nível mundial, nomeadamente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), afirma a declaração.

Num documento separado, Miguel D'Escoto saudou a adopção da Declaração de Doha dizendo: "As nossas negociações evidenciaram um novo sentimento de solidariedade e boa vontade entre as nações, numa altura em que podemos sentir-nos tentados a deixarmo-nos absorver por interesses próprios restritos".

Acrescentou que os Estados-membros devem continuar a acompanhar o desenrolar da crise financeira e "intensificar a busca de respostas viáveis para as causas subjacentes". Relativamente a este aspecto, a Declaração de Doha preconiza a realização de uma conferência de alto nível sobre a crise financeira e o seu impacto no desenvolvimento. D'Escoto prometeu conferir prioridade aos preparativos para essa conferência.

Os participantes na reunião de Doha também concordaram em ponderar a necessidade de realizar uma nova conferência de seguimento sobre o financiamento do desenvolvimento dentro de cinco anos, em 2013.

Na abertura da Conferência, o Secretário-Geral Ban Ki-moon apelou a esforços arrojados e efectivos para garantir que a situação de emergência de hoje não se transforme numa crise humana amanhã, com efeitos devastadores para as pessoas mais pobres do mundo. "Tal como viajantes que navegam em águas agitadas, estamos todos no mesmo barco. Nunca é de mais frisar que agora, mais do que nunca, temos de ser arrojados e de evocar a vontade de dar o exemplo", afirmou.

Editorial (continuação)

Graças a um dos nossos projectos – "Smile you have rights" – o Palácio de Chaillot em Paris, onde a Declaração Universal foi assinada em 1948, iluminou-se com as caras sorridentes dos parisienses. Um outro projecto de que já ouviram falar neste espaço, "6 Billion Others", vai ser lançado no dia 8 de Janeiro, no Grand Palais, também em Paris.

Embora a celebração do aniversário tenha terminado, o UNRIC não desistiu dos direitos humanos. Vamos lançar um novo sítio Web denominado "Learning Human Rights 2009", que servirá de plataforma para a recolha de material que esteja a ser utilizado para ensinar alunos desde as escolas primárias até às universidades, em toda a Europa. Consideraremos bem-vindas todas as ideias ou iniciativas que queiram propor ou de que oijam falar e que possam ser utilizadas para este sítio Web.

Em 2009, o UNRIC vai adoptar um outro assunto importante como tema da sua segunda campanha de informação pública – o ambiente. Em breve começarão a ouvir falar muito frequentemente do projecto CoolPlanet2009 e das as suas iniciativas cool, os seus amigos cool... cool, cool, cool.

Até lá, um feliz 2009 e obrigado por lerem o Boletim do UNRIC.

Ban Ki-moon pede continuação dos esforços para eliminar flagelo das armas químicas



"Apelo a todos os Estados que possuem arsenais para que concluam a sua destruição dentro dos prazos fixados", diz Ban Ki-moon, numa mensagem transmitida por Sergei Ordzhonikidz.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon lançou um apelo para que prossigam vigorosamente as acções de desarmamento relacionadas com as armas químicas, mencionando as medidas positivas que já foram tomadas no sentido de eliminar este flagelo.

Dirigindo-se aos participantes na 13.ª sessão da Conferência das Partes na Convenção sobre Armas Químicas, na Haia, nos Países Baixos, o Secretário-Geral disse que era "animador" constatar que quase metade dos arsenais de agentes químicos declarados pelos seis Estados que os possuem haviam sido comprovadamente destruídos.

A Convenção, que preconiza a erradicação destes instrumentos de destruição maciça, entrou em vigor em 1997 e já foi assinada por 185 Estados, devendo os Estados Partes destruir os arsenais existentes até 29 de Abril de 2012.

O Secretário-Geral disse que a Convenção é o primeiro tratado multilateral que proíbe toda uma categoria de armas de destruição maciça, estipulando que a sua destruição seja objecto de verificação internacional.

"Tenho esperança de que se façam mais progressos em cada uma das áreas abrangidas pela Convenção: desarmamento químico, não proliferação, assistência e protecção e cooperação internacional", disse.

Secretário-Geral honra memória das vítimas do atentado terrorista contra ONU em Argel



A ONU comemorou, a 11 de Dezembro, numa cerimónia que decorreu na Sede da Organização em Nova Iorque, o primeiro aniversário do atentado perpetrado contra os seus escritórios em Argel, que fez 17 mortos e 40 feridos.

"Os terroristas privaram-nos desses seres nobres, mas nunca poderão matar a nossa esperança de ver a harmonia reinar no mundo ou abalar a nossa certeza de que o trabalho em conjunto é o único caminho para uma vida melhor", disse Ban Ki-moon numa mensagem lida pela Vice-Secretária-Geral Asha-Rose Migiro, durante a comemoração.

O Secretário-Geral lembrou que visitou o local da explosão uma semana depois do atentado. "Em frente do edifício da ONU devastado pela explosão, senti uma profunda indignação. Revoltava-me

ver que os terroristas tinham cometido um acto de uma tal violência contra aqueles que trabalhavam para o bem-estar de todos os Argelinos", disse..

"Nunca esquecerei os encontros com os sobreviventes e com as famílias de alguns dos que haviam morrido. A tristeza perante o que acontecera aos seus entes queridos invadiu-me", disse. "Confortou-me, porém, a coragem demonstrada por muitos sobreviventes, depois do ataque. Trabalharam incansavelmente para encontrar os seus colegas que ainda se encontravam sob os escombros".

"Um ano após o ataque, sentimos ainda uma profunda dor e choramos a perda das vidas ceifadas demasiado cedo", disse, renovando a determinação da ONU em "honrar a memória dos que partiram continuando o seu trabalho a favor da paz e do desenvolvimento, em Argel e em todos os lugares onde as populações que precisam de ajuda recorram à Organização e ao seu pessoal para a obter".

Genocídio continua a ser uma ameaça grave, exigindo vigilância e vontade de agir, afirma Secretário-Geral



ou a incitação pública ao genocídio constituem actos puníveis.

Apesar dos esforços das Nações Unidas, o mundo continuou a ser palco de atrocidades que violam a dignidade humana, afirmou Ban Ki-moon, para quem a resposta internacional se tem revelado, com demasiada frequência, inadequada. "Longe de pertencer apenas ao passado, o genocídio continua a ser uma ameaça grave. Importa hoje, mais do que nunca, dar provas não só de vigilância mas também de vontade de agir".

No sexagésimo aniversário da adopção da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, o Secretário-Geral lembrou que esta foi a consequência directa da tentativa de exterminação do povo judeu durante o Holocausto e, desde então, representa a aspiração das Nações Unidas a impedir que se volte a produzir uma atrocidade como essa.

A Convenção exige que os Estados signatários "previnam e punam" o crime de genocídio – tomem medidas contra os que matam ou cometem outros actos graves "com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal". De acordo com a Convenção, as tentativas de cometer um genocídio

"Prevenir o genocídio é uma responsabilidade tanto colectiva como individual. Devemos fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para assegurar que nossos filhos possam viver livres de qualquer medo de serem mortos por pertencer a um grupo étnico, nacional, religioso ou racial", afirmou o Secretário-Geral.

MENSAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL

Dia Mundial de Luta contra a SIDA
(1 de Dezembro)

Dia Internacional da Abolição da Escravatura
(2 de Dezembro)

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência
(3 de Dezembro)

Dia Internacional dos Voluntários para o Desenvolvimento Económico e Social
(5 de Dezembro)

Dia Internacional contra a Corrupção
(9 de Dezembro)

Dia dos Direitos Humanos
(10 de Dezembro)

Dia Internacional das Montanhas
(11 de Dezembro)

Dia Internacional dos Migrantes
(18 de Dezembro)

Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul
(19 de Dezembro)

Dia Internacional da Solidariedade Humana
(20 de Dezembro)

COMEMORAÇÃO DO 60º. ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

(continuação da página 1)

Numa mensagem vídeo, enviada de Poznan, o Secretário-Geral Ban Ki-moon lembrou que a Declaração Universal “reflecte as aspirações da humanidade à prosperidade, à dignidade e à coexistência pacífica”. Embora reconhecendo que a comunidade internacional percorreu um longo caminho desde a redacção desse documento, lamentou que “não tenhamos estado à altura da visão da Declaração”. “Não podemos ignorar a pobreza, o fanatismo e a repressão. Temos o dever colectivo de rejeitar a indiferença”, sublinhou.



No seu discurso de abertura, o Presidente da Assembleia Geral, Miguel d'Escoto, afirmou que a Declaração Universal era uma fonte reconhecida de normas éticas e jurídicas que exigiam o respeito pela dignidade, a liberdade e a igualdade

de todos os povos. Ensina-nos que a justiça, a solidariedade e o reconhecimento de todos os povos como membros da família humana são os valores pelos quais se deveria reger a nova ordem mundial.

“Os direitos humanos são o paradigma do século XXI”, declarou, apelando a um compromisso renovado no sentido de impedir a sua violação. Se quisermos que os direitos humanos sejam o futuro arquétipo, as relações internacionais devem estar de acordo com os direitos à educação, à alimentação, à saúde, à água salubre, entre outros, insistiu.

Usando da palavra, a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay, evocou o Artigo I da Declaração Universal, sublinhando que graças a ela todos os direitos humanos eram reconhecidos como inerentes e inalienáveis e não como privilégios “concedidos magnanimamente” por capricho dos poderosos.

Lembrando a sua infância na África do Sul, onde era considerada uma cidadã de segunda, Navi Pillay regozijou-se pelo facto de ter podido assistir à “transformação total” do seu país, lamentando porém que, para demasiadas pessoas em todo o mundo, os direitos humanos continuassem a ser uma promessa não cumprida.

Por sua vez, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos, Martin Ihoeghian Uhomobhi, afirmou que o sexagésimo aniversário da Declaração Universal deveria ser uma ocasião para renovar o compromisso da comunidade internacional a favor da realização e da universalidade de todos os direitos humanos.

Sublinhando que não faltam hoje instrumentos destinados a promover, proteger e defender os direitos humanos, Martin Uhomobhi sustentou que o que falta é que os Estados Partes apliquem os diferentes instrumentos de direitos humanos e afirmou que o órgão a que preside fez avanços notáveis para promover os direitos humanos. Na sua opinião, o Exame Periódico Universal é uma iniciativa inédita, mesmo revolucionária, e capaz de garantir a responsabilização e o empenhamento dos Estados a favor das normas internacionais de direitos humanos. Concluiu a sua intervenção com um apelo à solidariedade mundial, que é essencial para vencer a “crise perniciosa” da falta de vontade política de traduzir a Declaração Universal em realidade, para bem de todos os seres humanos.

Comunicado de imprensa GA/10795 (em inglês)

Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais

Este novo instrumento jurídico de Direito Internacional teve origem numa iniciativa portuguesa nos anos 80 e foi o resultado de cinco anos de intensos trabalhos, seguidos de consultas intensas.

O Protocolo cria um mecanismo de comunicações individuais para casos de alegadas violações de todos os direitos económicos, sociais e culturais constantes do Pacto sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Caracteriza-se por ser um instrumento normativo vocacionado para assegurar a implementação efectiva dos direitos humanos bem como por reforçar a interdependência e indivisibilidade de todos os direitos humanos, ao criar para os direitos económicos e sociais um mecanismo que já existia para os direitos civis e políticos desde 1966.

O Protocolo foi redigido por um Grupo de Trabalho das

Nações Unidas criado para o efeito e presidido pela jurista portuguesa Catarina de Albuquerque.

Na cerimónia comemorativa do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay, afirmou que o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais era um instrumento de uma importância singular. Ao adoptá-lo, a Assembleia supriu uma lacuna na protecção dos direitos humanos.

Prémio das Nações Unidas no domínio dos Direitos Humanos



A Assembleia Geral das Nações Unidas atribuiu, a 10 de Dezembro, o Prémio das Nações Unidas no domínio dos Direitos Humanos a sete defensores dos direitos humanos seleccionados por uma comissão de que faziam parte o Presidente da Assembleia Geral, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos, a Presidente da Comissão sobre a Condição da Mulher e a Presidente do Comité Consultivo do Conselho de Direitos Humanos.

Os laureados foram a antiga Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Louise Arbour; o antigo Procurador-Geral dos Estados Unidos, Ramsey Clark; a Directora Executiva e co-fundadora do grupo Jamaicans for Justice, Carolyn Gomes; Denis Mukwege, co-fundador do Hospital Geral de Panzi, na República Democrática do Congo (RDC); a organização Human Rights Watch, que foi representada pelo seu Director Executivo, Kenneth Roth; Benazir Bhutto, ex-Primeira-Ministra do Paquistão assassinada

em Dezembro de 2007; e Dorothy Stang, pertencente à ordem das Irmãs de Notre Dame de Namur, que foi assassinada no Brasil, há três anos.

Estes sete defensores dos direitos humanos vão juntar-se a uma lista de ilustres laureados, entre os quais se incluem o ícone da luta contra o *apartheid* e ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, o líder da luta pelos direitos civis, Martin Luther King, a antiga Primeira Dama dos Estados Unidos, Lady Eleanor Roosevelt, o antigo Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter e a Amnistia Internacional.

“Ao assinalarmos o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecemos o trabalho incansável e o contributo precioso destes indivíduos e organizações, que têm lutado para que os direitos e liberdades consagrados neste documento histórico se tornem uma realidade para pessoas de todas as partes do mundo”, disse Miguel D’Escoto, Presidente da Assembleia Geral.

“Os galardoados são símbolos de persistência, valor e tenacidade na resistência contra as autoridades públicas e privadas que violam os direitos humanos. Constituem uma força moral para pôr fim às violações sistemáticas dos direitos humanos”.

Optimismo prudente da delegação do Conselho de Segurança após visita ao Afeganistão



A situação em matéria de segurança mantém-se difícil no Afeganistão, mas os importantes progressos realizados geram um “optimismo prudente”, afirmou, a 4 de Dezembro, perante os seus colegas do Conselho de Segurança, o Representante Permanente de Itália, Giulio Terzi di Sant'Agata, ao informar este órgão da visita que uma delegação por ele chefiada efectuou ao Afeganistão, entre 21 e 28 de Novembro de 2008.

Enquanto aguardava a publicação do relatório sobre esta visita, Terzi di Sant'Agata, informou que a missão atingira o seu principal objectivo, ou seja, verificar localmente a situação que prevalece no Afeganistão neste momento crítico. Durante a visita, a delegação encontrou-se com o Presidente Hamid Karzai e vários dos seus ministros.

A melhoria das relações com o Paquistão, certas nomeações que deixam entrever um reforço da luta contra a corrupção e uma melhor governação, a diminuição das áreas dedicadas ao cultivo da

papoila e o facto de 2 milhões de afegãos se terem registado nos cadernos eleitorais para os escrutínios de 2009 e 2010, geram um “optimismo prudente”, afirmou o Embaixador Terzi di Sant'Agata. Afirmou também que os insurrectos estavam concentrados em algumas regiões específicas e não constituíam um modelo de Governo alternativo ao actual Governo.

Entre os progressos observados, o Embaixador Terzi di Sant'Agata referiu igualmente a “afeganização” do sector de segurança. Observou entre os seus interlocutores afegãos “um consenso crescente” em torno da ideia de que o diálogo entre o Governo afegão e os elementos da oposição deve ser conduzido pelas autoridades afegãs a partir de uma posição de força e com base numa renúncia prévia de tais elementos ao uso da violência e no respeito pela Constituição afegã. Sublinhou que as negociações complementam a luta anti-terrorista e não são uma alternativa a esta.

O impacto do conflito nos civis é muito preocupante e a maioria das vítimas civis deve-se aos insurrectos que sistematicamente as tomam como alvo, declarou o Embaixador Terzi di Sant'Agata.

[Para mais informações](#)

Conselho de Segurança condena ataques terroristas em Bombaim

O Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou veementemente os ataques terroristas, que tiveram início a 26 de Novembro, em Bombaim, e que incluíram a captura de reféns, fazendo vários mortos e feridos, na capital financeira da Índia.

“Os membros do Conselho de Segurança apresentaram as suas condolências às famílias das vítimas e ao povo e ao Governo da Índia”, disse o Conselho, numa declaração divulgada à imprensa.

Os membros do Conselho “sublinharam a necessidade de apresentar à justiça os autores, os organizadores, os instigadores e os comanditários destes inqualificáveis actos de terrorismo” e apelaram a todos os Estados para que cooperem com as autoridades indianas neste domínio.

“Todos os actos de terrorismo são criminosos e injustificáveis, independentemente dos motivos invocados”, reiterou o Conselho, na sua declaração.

Conselho de Segurança sublinha “papel central” da ONU na luta contra o terrorismo – Resistência colectiva é a melhor estratégia para combater o terrorismo, segundo Ban Ki-moon



No final de um debate sobre o tema “Ameaças à paz e à segurança internacionais causadas por actos terroristas”, que teve lugar a 9 de Dezembro, o Conselho de Segurança sublinhou, numa declaração do Presidente, o “papel central” desempenhado pela ONU na luta mundial contra o terrorismo. O Conselho reafirma a importância de todas as suas resoluções sobre terrorismo, em particular as resoluções 1373 (2001) e 1624 (2005) e sublinha que devem ser plenamente aplicadas. Manifesta o seu Apoio à Estratégia Mundial de Luta contra o Terrorismo, adoptada a 8 de Setembro de 2006 pela Assembleia Geral e lembra aos Estados que devem velar por que todas as medidas de

combate ao terrorismo que adoptam estejam de acordo com as obrigações que decorrem do direito internacional, em particular em matéria de direitos humanos, direito internacional dos refugiados e direito internacional humanitário.

A reunião do Conselho, presidida pelo Presidente da Croácia, Stjepan Mesić, e em que participaram mais de trinta oradores, teve como principal objectivo “relançar e reforçar a solidariedade internacional” no quadro da luta contra a ameaça do terrorismo, “acentuando nomeadamente o papel da ONU”.

Na sua intervenção, o Secretário-Geral Ban Ki-moon afirmou que a ONU tem de liderar um esforço mundial colectivo destinado a combater o flagelo do terrorismo.

“A melhor resposta para uma ideologia corrosiva e malévola é uma forte afirmação de resistência colectiva”, disse Ban Ki-moon.

Sendo uma organização universal independente e imparcial, “a ONU tem a

comunidade internacional para combater esta ameaça, que nenhuma causa ou agravo justifica”, acrescentou o Secretário-Geral.

Na sua opinião, a luta contra o terrorismo tem de ser uma das principais prioridades do mundo. “Aqueles que hoje estão equipados com aviões e armas de fogo podem muito bem apresentar-se amanhã com armas mais potentes”, advertiu. “É, portanto, necessário mostrar às pessoas que pensam que o terrorismo é uma maneira legítima de atingirem os seus objectivos que irão forçosamente fracassar”.

Ban Ki-moon realçou os vários esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas para combater o flagelo, que vão desde acções do Conselho e da Assembleia Geral ao aconselhamento e assistência técnica prestados por organismos como a Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO) e a Organização Marítima Internacional (OMI).

[Comunicado de imprensa SC/9524 \(em inglês\)](#)

República Centro-Africana: Ban Ki-moon animado com conversações para a reconciliação

A 9 de Dezembro, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, saudou o lançamento do Diálogo Político inclusivo que decorre em Bangui, como sinal do empenhamento na reconciliação nacional.

As conversações, patrocinadas pela ONU, reúnem o Governo do Presidente François Bozizé, os chefes dos movimentos rebeldes e dirigentes da oposição, como o anterior Presidente Ange-Félix Patassé, deposto por Bozizé, num golpe de Estado, em 2003.

“As duas próximas semanas vão exigir um importante esforço, um sentido de compromisso e sacrifícios da parte de todos os participantes. Ao participarem neste diálogo, colocaram os interesses da nação e do povo centro-africano acima de qualquer outro. É um gesto

encorajador que prova a vossa determinação em ultrapassar as divergências através do diálogo e não da violência”, acrescentou o Secretário-Geral.

No seu relatório mais recente sobre a RCA apresentado ao Conselho de Segurança, Ban Ki-moon advertiu que o país continuava a enfrentar desafios políticos, socioeconómicos e de segurança, sendo a situação agravada por uma economia débil, por problemas sociais complexos e pela impunidade dos criminosos. Mencionou também que a ONU apoia o diálogo há muito esperado como sendo “a única opção viável e sustentável para pôr fim definitivamente ao ciclo de instabilidade política e de segurança”.

Situação no Chade e na República Centro-Africana mantém-se precária, segundo Víctor Ângelo, Chefe da MINURCAT



activamente por evitar um vazio no domínio da segurança, no final do mandato da EUFOR, em meados de Março de 2009, disse, acrescentando que 16 países se haviam declarado prontos a participar na MINURCAT.

O Conselho de Segurança ouviu, a 12 de Dezembro, uma exposição do Representante Especial do Secretário-Geral e Chefe da Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT), Víctor Ângelo, na qual apresentou um quadro bastante positivo no plano da segurança, sem esquecer que a situação humanitária se mantinha crítica. Entre os cinco Estados-membros que usaram da palavra, o Representante de França sublinhou que ainda não chegara o momento “de a comunidade internacional abrandar os seus esforços”.

Víctor Ângelo avisou que o efectivo de 4900 homens autorizados pelo Chade para o Leste do país é o “mínimo” para que a MINURCAT possa cumprir o seu mandato. O Secretariado esforçou-se

A situação no Chade mantém-se frágil, constatou o Representante Especial, precisando que o Acordo de Syrte de 2007 entre o Governo e os rebeldes continuava a “marcar passo”. Se é certo que a EUFOR e a MINURCAT podem fazer muito para estabilizar a situação, insistiu, a estabilidade no Chade depende, afinal de contas, do compromisso político do Governo e da oposição a favor da democracia.

[Comunicado de imprensa SC/9536 \(em inglês\)](#)

República Democrática do Congo: progressos nas conversações entre Governo e rebeldes



As conversações entre o Governo da República Democrática do Congo (RDC) e o principal grupo rebelde, o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), tiveram início em Nairobi (Quênia), a 9 de Novembro, tendo sido interrompidas a 11, para prosseguir na semana de 15.

As conversações, que contam com o apoio da ONU, foram mediadas em conjunto pelo Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU e antigo Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, e o antigo Presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa, que representa a União Africana (UA) e a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR).

Olusegun Obasanjo considerou que [Para mais notícias sobre a RDC \(em inglês\)](#) estavam a ser feitos “rápidos

progressos” no sentido de alcançar um acordo sobre as regras que deverão conduzir a um debate de fundo e que as partes tinham demonstrado “boa vontade”. É, no entanto, necessário resolver urgentemente duas questões que estão a entrar os avanços. O CNDP insiste em debater os problemas em todo o território da RDC e não apenas o conflito e a situação humanitária no Leste do país, o que, no entender dos dois facilitadores, “ultrapassa o mandato” que lhes foi atribuído. Por outro lado, os progressos têm sido dificultados porque os poderes decisórios da delegação do CNDP foram reduzidos pelos líderes do mesmo.

A 12 de Dezembro, um grupo de peritos que vigiam o embargo imposto pela ONU às armas destinadas à RDC apresentou um relatório em que afirma ter provas de que as autoridades ruandesas e o exército congolês ajudaram diferentes grupos rebeldes na guerra que assola o país.

Alain Le Roy: “Vamos para onde outros não querem ir”



Numa entrevista concedida ao Centro de Notícias da ONU, a 28 de Novembro, O novo Chefe das Operações de Manutenção da Paz, Alain Le Roy, falou da crise no Darfur (Sudão) e no Leste da República

Democrática do Congo (RDC), duas regiões que visitou em Outubro e em Novembro, para avaliar a situação humanitária e no domínio da segurança, no terreno.

“Acabo de regressar da RDC onde é evidente que, no Leste do país, a situação é muito grave e pode ainda deteriorar-se. Já há entre 1 milhão e 1,5 milhões de deslocados. Os combates são quase diários e o número de deslocados está a aumentar”, explica.

“A comunidade internacional intervém de diversas maneiras: em primeiro lugar, através da Missão das Nações Unidas na RDC (MONUC). Esta está presente em todo o território com os seus 17 000 homens. Alguns dizem que é muito. Permitam que recorde que esses 17 000 homens cobrem todo o território da RDC. No Kosovo, a OTAN colocou mais de 40 000

homens num território 200 vezes mais pequeno do que a RDC”.

Quanto à UNAMID, “os problemas administrativos surgidos no Sudão estão agora a ser resolvidos. Em compensação, o aspecto logístico continua a ser extremamente complicado”.

Alain Le Roy sublinha “a enormidade da tarefa do Departamento: 110 000 homens, um orçamento de mais de 7 mil milhões de dólares”. “Encontro no seio da ONU muitas pessoas extraordinariamente competentes e motivadas, de grande qualidade. Isso é muito importante. E, durante as minhas missões ao terreno, encontro igualmente numerosas pessoas muito dedicadas e competentes. As críticas são, por vezes, injustas. Vamos para onde os outros não querem ir. Somos, com frequência, bodes expiatórios fáceis. Durante as visitas ao terreno, comprovo, pelo contrário, que, na sua grande maioria, as missões estão a ser bem executadas”.

[Para mais informações](#)

Guiné-Bissau ainda precisa de forte apoio internacional, segundo Conselho de Segurança



Embaixador Neven Jurica, da Croácia, país que detém a presidência rotativa do Conselho durante o mês de Dezembro.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas sublinhou a necessidade de um apoio internacional continuado à Guiné-Bissau, expressando a sua preocupação com a segurança no país africano, que enfrentou, no mês passado, uma tentativa falhada de golpe de Estado, liderada por membros das Forças Armadas.

O órgão, que foi informado da situação pelo Representante Especial do Secretário-Geral, Shola Omoregie, expressou também o seu apoio à execução do Programa de Reforma do Sector da Segurança, na Guiné-Bissau.

O Conselho pediu também ao Secretário-Geral que apresentasse recomendações no sentido de transformar o UNOGBIS num gabinete integrado e realçou a necessidade de continuar a apoiar a Guiné-Bissau.

“Os membros do Conselho de Segurança reiteraram a sua profunda preocupação com a situação no domínio da segurança na Guiné-Bissau”, disse, numa declaração lida à imprensa, o

[Para mais informações](#)

Próximo Oriente: Quarteto afirma que processo de Anápolis é irreversível

O Quarteto para o Médio Oriente, constituído pelos Estados Unidos, Federação Russa, ONU e União Europeia, afirmou, a 15 de Dezembro, que as negociações de paz bilaterais israelo-palestinas eram “irreversíveis” e apelou à sua intensificação, durante uma reunião havida em Nova Iorque.

O Quarteto considera que estas negociações, iniciadas em Anápolis, “deveriam ser intensificadas para permitir o fim do conflito e estabelecer, logo que possível, um Estado da Palestina que viva em segurança ao lado de Israel”, defenderam os seus membros, durante uma conferência de imprensa à saída de uma reunião.

Os membros do Quarteto sublinharam também “que apenas por meios pacíficos se pode encontrar uma solução duradoura para a situação de Gaza”. No plano humanitário, a declaração sublinha que o fornecimento de bens humanitários, como alimentos, combustível, medicamentos, água e os produtos

necessários ao funcionamento dos esgotos deveria ser sempre assegurado.



A mensagem apela de novo aos Palestinos, para que desmontem a infra-estrutura terrorista, e aos Israelitas, para que congelem todas as actividades ligadas aos colonatos e respondam “à ameaça crescente do extremismo dos colonos”.

[Para mais informações](#)

Somália: Conselho de Segurança prorroga por um ano autorização para lutar contra piratas

A fim de melhor reprimir os actos de pirataria e os assaltos à mão armada cometidos ao largo das costas somalis, o Conselho de Segurança prorrogou, a 2 de Dezembro, por 12 meses a autorização dada aos Estados que cooperam com o Governo Federal de Transição (GFT) da Somália para entrarem nas águas territoriais deste país, desde que este último tenha comunicado previamente o seu nome ao Secretário-Geral da ONU.

Na resolução 1846, adoptada por unanimidade, o Conselho retoma os termos da resolução 1816 (2008), adoptada a 2 de Junho passado. “Condena e deplora” todos esses actos de pirataria e



assaltos à mão armada e “decide” que os Estados que cooperam com o Governo Federal de Transição devem entrar nas águas territoriais e utilizar “todos os meios necessários” para combater a pirataria e os assaltos à mão armada ao largo da costa da Somália.

O Conselho reafirmou que as autorizações se aplicam apenas à situação na Somália e sublinha, em particular, que a resolução “não pode ser vista como criando um direito internacional consuetudinário”.

[Para mais informações](#)

Nepal vai desmobilizar cerca de 3000 crianças que ainda fazem parte das forças maoístas

O Primeiro-Ministro do Nepal, Pushpa Kamal Dahal, deu o seu acordo à desmobilização de cerca de 3000 crianças que ainda se encontram nos acantonamentos das forças maoístas, anunciou, a 5 de Dezembro, a Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para as Crianças e os Conflitos Armados, Radhika Coomaraswamy, após uma visita de seis dias ao Nepal.

O Acordo Global de Paz, que pôs fim à guerra civil, pedia a libertação imediata de todas as crianças-soldado. O compromisso do Governo responde também às recomendações do Conselho de Segurança da ONU sobre a questão das crianças e os conflitos armados, diz o Gabinete da Representante

Especial, num comunicado. “Todas as crianças deveriam ter sido desmobilizadas imediatamente depois da assinatura do acordo de paz, em 2006”, acrescenta o comunicado.

“A equipa da ONU no país está pronta a ajudar as crianças-soldado a reintegrarem a vida civil”, declarou Radhika Coomaraswamy, referindo-se aos kits de reintegração concebidos pela UNICEF e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para responder às necessidades dessas crianças.

Fundos para actividades gerais de desminagem da ONU diminuem

Numa altura em que 94 países acabam de assinar um tratado histórico promovido pelas Nações Unidas, em que renunciam à utilização de bombas de fragmentação, o esforço geral para eliminar do mundo munições por explodir, que matam e mutilam milhares de pessoas todos os anos, debate-se com um gigantesco défice de financiamento, já que, neste momento, apenas estão garantidos 5% dos fundos necessários para 2009.

“Sem o apoio total dos doadores, muitas iniciativas no domínio da acção antiminas terão de ser canceladas e haverá mais civis em risco de perder os seus membros, a sua vida ou o seu meio de vida”, disse o Subsecretário-Geral para o Estado de Direito e as Instituições de Segurança, Dmitry Titov, numa conferência de imprensa realizada em Nova Iorque, ao apresentar a carteira de projectos do Serviço de

Acção Antiminas das Nações Unidas para o próximo ano, cujo orçamento é de 459 milhões de dólares, dos quais apenas 22 milhões estão garantidos até à data.

“A nosso ver, a Carteira de Projectos no domínio da Acção Antiminas é decisiva para os esforços no sentido de proteger as populações civis e temos instado repetidas vezes os doadores, tradicionais e não tradicionais, a ajudarem-nos a colmatar este défice de fundos”, disse Dmitry Titov, referindo-se aos 300 projectos destinados a combater o problema das minas terrestres e dos explosivos remanescentes de guerra em 33 países e territórios.

[Para mais informações](#)

Subsistem enormes desafios no Darfur e no Chade, segundo John Holmes

Tanto o Governo como os rebeldes da região sudanesa do Darfur têm responsabilidades pelos enormes desafios humanitários que a região enfrenta. “Há vários motivos para criticar o Governo do Sudão: por continuar a violar os direitos humanos, por não desarmar as milícias, por nem sempre facilitar o acesso à ajuda humanitária ou por declarar um cessar-fogo e o violar quase logo a seguir”, disse John Holmes ao Conselho de Segurança, a 3 de Dezembro, informando-o sobre a sua recente visita ao Darfur e ao Chade. “No entanto, os movimentos rebeldes nem declararam um cessar-fogo nem mostraram uma grande disponibilidade para participar num processo político e também não estão a ajudar nos esforços de assistência. Têm também de responder por muitas questões”.

A operação humanitária no Darfur - com um custo de 1000 milhões de dólares - é a maior do mundo, disse o Secretário-Geral Adjunto, que acrescentou que os desafios humanitários cruciais eram o acesso e a protecção dos civis, à deslocação de mais 315 000 pessoas, só este ano, e ao “enorme aumento” dos ataques ao pessoal humanitário e aos seus bens.

John Holmes acrescentou que, durante a sua visita ao Darfur, comprovou o risco generalizado de violência sexual. “Conheci várias mulheres que tiveram a coragem de falar”, disse. “Foi, por isso, particularmente perturbador tomar conhecimento de que os programas que visam evitar ou dar resposta a este tipo de violência estão, cada vez mais, a sofrer pressões por parte das autoridades

governamentais”.

No que diz respeito ao Chade, onde 180 000 deslocados internos e 57 000 refugiados da República Centro-Africana (RCA), bem como 263 000 naturais do Darfur, estão a receber assistência humanitária, John Holmes informou: “saí do Chade ligeiramente mais optimista do que esperava quanto às perspectivas futuras, incluindo no que diz respeito aos nossos esforços de prestação de assistência humanitária. No entanto, o risco de rápida deterioração mantém-se elevado”.

[Para mais informações](#)

Crise humanitária na República Democrática do Congo

Enquanto na frente política se espera que as conversações directas entre o Governo e o grupo rebelde Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), facilitadas pelo Enviado Especial das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos, Olusegun Obasanjo, e o Enviado da União Africana, Benjamin Mkapa, permitam definir as modalidades das conversações de fundo entre as partes, antes de uma cimeira de alto nível prevista para 21 de Dezembro, a crise humanitária prossegue, sem abrandar de intensidade.

Cerca de 9000 novos deslocados chegaram a Kibati, no Leste da República Democrática do Congo (RDC) e há notícias de pilhagens recentes em várias regiões.

A Missão das Nações Unidas na RDC (MONUC) tem reforçado a sua presença no Kivu Norte. A situação em matéria de segurança está a melhorar em Goma e no distrito de Haut Uele, onde civis foram recentemente vítimas de violência perpetrada por homens armados suspeitos de pertencerem ao Exército de Resistência do Senhor.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) prossegue a transferência voluntária de deslocados internos dos inseguros campos de Kibati para

de Goma. As cerca de 65 000 pessoas que se encontram nos campos de Kibati estão em perigo, devido à proximidade das partes envolvidas nos combates. Entre os deslocados há pessoas que sofrem de cólera, de ferimentos, por terem sido alvejadas, ou de subnutrição. A necessidade de acesso a cuidados de saúde é urgente.



© UNHCR/P. Taggart

Uma equipa do ACNUR em missão em Rutshuru informou também que a maioria das famílias de deslocados internos procura fugir deste campo improvisado, situado perto da base da ONU, onde a sua situação se tornou extremamente precária. Alguns participaram ter sido alvo de detenções arbitrarias pelos rebeldes.

[Para mais informações \(em inglês\)](#)

Diálogo sobre exílio de longa duração sublinha necessidade de soluções globais



Observando que milhões de refugiados estão presos na armadilha de um exílio interminável, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, encerrou, a 11 de Dezembro, dois dias de discussão sobre as situações de refugiados prolongados com um apelo a favor de soluções específicas e globais, a fim de pôr fim ao seu sofrimento.

“A mensagem deste diálogo é muito clara – não podemos nem devemos deixar essas situações prolongadas deteriorarem-se”, declarou António Guterres no seu discurso final perante cerca de 300 representantes de mais de 50 governos e organizações.

Resumindo os dois dias de debates organizados no quadro do segundo Diálogo do Alto-Comissário sobre os Desafios da Protecção, António Guterres declarou que a vontade política era a principal condição prévia para encontrar soluções duradouras. Disse que os participantes tinham reconhecido que cada situação prolongada era única e que as

soluções deveriam ser globais e recorrer a uma combinação de abordagens que podiam incluir o repatriamento, a integração no primeiro país de asilo e a reinstalação num país terceiro.

Os participantes sublinharam que a solidariedade internacional e a partilha do fardo eram essenciais e podiam realizar-se de várias formas, disse

Alguns países que acolhem refugiados expressaram reservas quanto à sua capacidade de proporcionar uma integração local, disse António Guterres, que acrescentou que essas preocupações tinham sido entendidas e reconhecidas. Essa incapacidade não quer, porém, dizer que a auto-suficiência não possa ser promovida entre os refugiados, durante o seu exílio, como uma forma de aumentar as suas perspectivas de um repatriamento ou de uma reinstalação bem sucedidos noutros países. Os participantes sublinharam a importância de assegurar a educação, incluindo ao nível do ensino secundário e profissional, como meio para criar essa auto-suficiência.

[Para mais informações \(em inglês\)](#)

Próximo Oriente: UNRWA prepara-se para celebrar o seu 60.º Aniversário

O Organismo de Obras Públicas e de Socorro aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) prepara-se para celebrar, em 2009, o seu 60 anos, que representam para o povo palestino 60 anos sem Estado.

“Se o sexagésimo aniversário do UNRWA não é um acontecimento a celebrar, é, no entanto, uma oportunidade para prestar homenagem às pessoas, na sua maioria refugiados, que participaram nas actividades e àquelas que fizeram bom uso dos seus serviços”, disse Karen AbuZayd, Alta-Comissária do UNRWA, por ocasião da abertura de uma exposição, em Jerusalém, no Centro Cultural francês, sobre as crianças palestinianas.

“Este aniversário suscita uma reflexão sombria sobre a razão pela qual um organismo que deveria ser temporário ainda

existe”, bem como sobre a realidade que os refugiados vivem após sessenta anos de exílio, de carências e de privação de Estado, acrescentou.

Karen AbuZayd considerou que o simbolismo da exposição mostrava o espaço claustrofóbico em que as crianças palestinianas são forçadas a viver física, intelectual e emocionalmente, privando-as do “direito mais elementar – o de serem crianças”.

O sexagésimo aniversário será assinalado a 8 de Dezembro de 2009 e esta exposição marca o início de numerosos acontecimentos ao longo do ano, explicou a Porta-voz do Secretário-Geral, Michèle Montas, no seu encontro diário com a imprensa, na Sede da ONU, em Nova Iorque.

Apelo de emergência no montante de 426 milhões de dólares para o Território Palestino Ocupado



Os organismos humanitários das Nações Unidas lançaram um apelo a contribuições no montante de 426 milhões de dólares para o Território Palestino Ocupado, a saber a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza.

Esta verba destina-se a responder à rápida deterioração da situação humanitária, afirma um comunicado do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA) em Jerusalém.

Trata-se nomeadamente das zonas da Cisjordânia onde o Muro, os colonatos israelitas e as restrições aos movimentos impostas pelas autoridades israelitas afectam a vida de centenas de milhares de pessoas. E diz também

respeito a Gaza, onde a política de encerramento das fronteiras tem impedido, nas últimas semanas, o fornecimento de bens essenciais como alimentos, medicamentos e combustíveis.

“Trata-se de um ataque à dignidade humana que tem graves repercussões humanitárias”, disse o Coordenador Humanitário.

Este foi o sexto ano consecutivo em que foi lançado um apelo de urgência para o Território Palestino. O apelo de 2008 foi apenas financiado a 69%. O apelo de 2009 visa 159 projectos diferentes, que vão desde a protecção à segurança alimentar e da ajuda em dinheiro à saúde, à educação, à água, à higiene e à agricultura.

Este apelo de 426 milhões de dólares faz parte do apelo global de 7 mil milhões de dólares lançado pelas Nações Unidas para o ano de 2009.

É agora o momento de nos prepararmos para as catástrofes causadas pelas alterações climáticas



Nos últimos 20 anos, o número de catástrofes duplicou, tendo passado de cerca de 200 para mais de 400 por ano. As catástrofes causadas pelas cheias são mais frequentes e causam danos em zonas mais vastas do que há 20 anos.

O Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA) lançou, uma campanha que visa sensibilizar para as implicações humanitárias das alterações climáticas, pedindo uma melhor preparação para as catástrofes e melhores medidas de resposta nos países que mais sofrem de fenómenos meteorológicos extremos.

“Esta campanha faz ressaltar a nossa enorme preocupação com o impacto humanitário das alterações climáticas”, disse o Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Humanitários e Coordenador do Socorro de Emergência, John Holmes. “Qualquer visão credível do futuro tem de reconhecer que as necessidades humanitárias estão a aumentar e que as alterações climáticas são a principal causa. Já estamos a ver os seus efeitos no número de pessoas afectadas e no aumento dos custos da resposta”.

Entre 1988 e 2007, mais de 75% das catástrofes estavam relacionadas com o clima e foram responsáveis por 45% das mortes e 80% das perdas económicas causadas por riscos naturais.

A campanha observa que os mais vulneráveis são os pobres que vivem em países onde se registam com frequência fenómenos climáticos extremos e apela a um maior investimento na preparação, no contexto mais vasto da redução de riscos de catástrofe.

As cheias, as tempestades e as secas não têm necessariamente de se transformar em catástrofes, mas combater esses fenómenos meteorológicos extremos significa que temos de “agir mais cedo e de uma forma mais inteligente”, sublinhou John Holmes.

[Para mais informações](#)

Cem Estados prometem 380 milhões de dólares ao Fundo de Emergência Humanitária



Uma centena de Estados-membros das Nações Unidas e dois doadores do sector privado prometeram doar cerca de 380 milhões de dólares ao Fundo Central de Resposta a Emergências Humanitárias (CERF) durante uma reunião de alto nível ocorrida a 4 de Dezembro, informou o Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA).

“Perante a instabilidade das economias mundiais, seria natural esperarmos que as promessas feitas para o próximo ano diminuíssem. Mas essas promessas constituem um raio de esperança no sombrio clima económico mundial”, afirmou o Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Humanitários, John Holmes. “Essas promessas mostram aos milhões de pessoas que enfrentam crises humanitárias em todos o mundo que não serão abandonadas e que o apoio internacional à ajuda humanitária é mais forte que nunca”, acrescentou.

O CERF foi criado em 2006 pela Assembleia Geral da ONU para ajudar, de uma forma rápida, segura e imparcial, as populações afectadas por catástrofes inesperadas e por situações de emergência descuradas. Desde a sua criação, o Fundo concedeu mais de mil milhões de dólares para auxiliar as vítimas de catástrofes naturais e de conflitos em 65 países, precisou o OCHA.

Sete novos países – Afeganistão, Quênia, República de Mianmar, Omã, Samoa, Santa Luzia e Timor-Leste – tornaram-se doadores do Fundo.

Alguns Estados aumentaram de maneira significativa as suas contribuições para 2009 na sua moeda, como a Austrália, a Finlândia, a Alemanha, o Liechtenstein, o México, Montenegro, Marrocos, a República da Coreia, a Espanha e a Suécia.

[Para mais informações](#)

Conselho de Direitos Humanos

“Direitos económicos, sociais e culturais são direitos jurídicos e não caridade”, segundo peritos de direitos humanos da ONU

Uma declaração emitida a 10 de Dezembro, um grupo de peritos de direitos humanos das Nações Unidas afirmou: “A acção decisiva da Assembleia Geral torna bem claro que os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo os direitos à habitação adequada, à alimentação, à saúde, à educação e ao trabalho, não são uma questão de caridade, mas sim direitos que podem ser reivindicados por todos, sem qualquer tipo de discriminação”.

Os 36 Relatores Especiais e Peritos Independentes saudaram a adopção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que permite que aqueles que sofrem violações dos seus direitos económicos, sociais e culturais procurem obter reparação e obriguem os responsáveis por essas violações a responder pelos seus actos, como acontece já no caso de outros direitos humanos.

A combinação do mecanismo de apresentação de queixas, do procedimento de inquérito e da possibilidade de medidas interinas

contribuirá para a criação de um *corpus* de jurisprudência em torno destes direitos, ajudando, assim, os Estados, a assegurarem a sua implementação. “Permitir que indivíduos e grupos de indivíduos apresentem queixas sobre alegadas violações ao Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais representa um instrumento promissor para que todas as vítimas de violações desses direitos façam ouvir a sua voz”, sublinhou o grupo de peritos.

Os peritos assinalaram ainda que o novo mecanismo de apresentação de queixas e de inquérito terá também um papel no reforço da protecção de outros direitos. “As violações generalizadas dos direitos económicos, sociais e culturais são, muitas vezes, as causas profundas de agitação e de conflito sociais que podem conduzir a violações em massa dos direitos civis e políticos”.

[Para mais informações](#)

Conselho de Direitos Humanos celebra 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

O Conselho de Direitos Humanos assinalou o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (CDH) com uma sessão comemorativa que teve lugar a 12 de Dezembro, na sede das Nações Unidas em Genebra.

Na sessão intervieram como oradores o Secretário-Geral Ban Ki-moon, o Presidente do CDH, Martin I. Uhomobhi, e a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay, tendo sido também ouvida uma mensagem de Nelson Mandela. Nela participaram muitos altos funcionários dos Governos, em representação dos Estados-membros, e também representantes de outros países, organismos da ONU e da sociedade civil. Os 30 artigos da Declaração foram lidos por crianças.

No seu discurso, Ban Ki-moon felicitou “todos os activistas que se recusaram a ser silenciados por aqueles que os perseguiam. Que sabiam que o direito deve triunfar sobre a força”. “Percorremos um longo caminho”, disse. “Mas a realidade é que não estivemos à altura da visão da Declaração”.

Por sua vez, Navi Pillay disse serem necessários esforços renovados para tornar efectivos os direitos humanos no terreno, não só através da criação de instituições nacionais e mais normas mas também por meio de medidas de protecção e promoção por parte dos Estados.

O Presidente do Conselho de Direitos Humanos, Martin I. Uhomobhi, insistiu em que os esforços para tornar os direitos humanos uma “realidade viva” se deveriam concentrar no nível local.

“Os direitos humanos estão nas nossas mãos. A nossa geração - e os homens e as mulheres que redigiram a Declaração há 60 anos - fez o que lhe competia. Está agora nas vossas mãos garantir que a Declaração Universal dos Direitos Humanos se torne uma realidade para todos”, disse Nelson Mandela, na sua mensagem.

RDC: Conselho de Direitos Humanos adopta resolução sobre direitos humanos no Leste do país

O Conselho de Direitos Humanos concluiu, a 2 de Dezembro, a sua oitava sessão extraordinária, consagrada à situação em matéria de direitos humanos no Leste da República Democrática do Congo e adoptou uma resolução em que expressa a sua séria preocupação perante a situação no Kivu Norte e exige o fim imediato de todas as violações dos direitos fundamentais.

Reunido por iniciativa da União Europeia, o Conselho adoptou um texto apresentado pelo Grupo de Estados Africanos, que condena os actos de violência, as violações de direitos humanos e outros abusos, em particular a violência sexual e o recrutamento,

pelas milícias, de crianças-soldados, diz um comunicado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

A resolução do Conselho pede também que os relatores de direitos humanos das Nações Unidas examinem a situação na RDC.

Congresso Mundial contra Exploração Sexual conclui os seus trabalhos no Brasil



A exploração sexual das crianças não é inevitável: eis a mensagem proveniente do Rio de Janeiro, no final de uma cimeira que reuniu 137 governos, crianças, organizações internacionais, ONG e empresas do sector privado.

Embora reconhecendo que a luta para pôr fim à exploração sexual das crianças será longa e difícil, os delegados reunidos no Brasil afirmaram que os países estavam em melhores condições de vencer essa luta, graças ao trabalho realizado durante a conferência e, em particular, ao plano de acção denominado “Declaração e Plano de Acção do Rio para Prevenir e Acabar com a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.

“O Plano de Acção do Rio contém avanços importantes em relação aos documentos anteriores e apresenta novas estratégias a

adoptar para lutar contra novas formas de exploração sexual, como a pornografia na Internet, o tráfico de crianças, o aumento da migração no mundo”, disse a Subsecretária de Estado para a Promoção dos Direitos da Criança, Carmen Oliveira.

“Não existe uma intervenção que, por si só, proteja as crianças da exploração sexual”, afirmou Nils Kastberg, Director Regional da UNICEF para a América Latina e as Caraíbas. “A criação e reforço dos sistemas de protecção da criança revestem-se de uma importância capital e exigem a intervenção de todas as partes interessadas, a fim de garantir às crianças a protecção que merecem”.

O Plano de Acção do Rio pede igualmente aos governos que aprovem leis que protejam todas as crianças sob a sua jurisdição, nomeadamente as crianças migrantes indocumentadas ou as que foram vítimas de tráfico, de modo que a lei as proteja a todas. Pede também aos governos que adoptem leis que não punam as crianças por crimes cometidos porque eram vítimas de exploração sexual.

[Para mais informações](#)

Fórum sobre Governação da Internet termina com apelo à colaboração para alcançar a "Internet para Todos"



tema "Internet para Todos", contou com a presença de representantes de mais de 100 governos, bem como do sector privado e da sociedade civil.

Os mais de 1200 participantes numa reunião promovida pelas Nações Unidas sobre questões relacionadas com a governação da Internet, que terminou em Haiderabad, na Índia, a 6 de Dezembro, reconheceram ser necessária uma maior cooperação para assegurar que o maior número possível de pessoas tenha acesso a uma Internet segura e diversa.

Os tópicos debatidos durante o encontro de quatro dias foram cinco: alargamento do acesso à Internet a mais mil milhões de pessoas, promoção da ciber-segurança e confiança, gestão de recursos críticos da Internet, ponto da situação e rumo a seguir, e questões emergentes, incluindo a Internet do futuro.

A próxima sessão do FGI terá lugar no Egipto, em 2009.

A terceira sessão do Fórum sobre a Governação da Internet (FGI), dedicada ao

Novo mecanismo do Banco Mundial para acelerar subvenções destinadas a ajudar os países mais pobres do mundo



Global Economic Prospects, o crescimento dos países em desenvolvimento será de 4,5%, no próximo ano, em comparação com 7,9%, em 2007. Queremos ajudar os países a gerir este abrandamento, concedendo-lhes rapidamente fundos para ajudar a minimizar o seu impacto e ajudando-os a definir políticas adequadas à situação".

O Banco Mundial criou um mecanismo acelerado de 2 mil milhões de dólares para facilitar a concessão de subvenções e de empréstimos sem juros a longo prazo, com vista a ajudar os países mais pobres do mundo a fazerem face ao impacto da crise financeira mundial, por ter constatado estar a registar-se um abrandamento acentuado no mundo inteiro, inclusivamente em países em desenvolvimento que anteriormente se haviam mostrado bastante resistentes a choques.

"Não podemos dar-nos o luxo de agir da forma habitual. Necessitamos de um pacote de medidas de salvamento humano e não apenas de salvamento financeiro – e precisamos de uma nova capacidade de resposta, mais rápida, para assegurar que os fundos cheguem depressa a quem deles necessita", disse Robert Zoellick.

"As pessoas mais pobres serão as mais afectadas pela crise, que provavelmente se irá agravar no próximo ano", disse Robert B. Zoellick, Presidente do Grupo Banco Mundial. "Segundo as projecções do nosso relatório

[Para mais informações](#)

É indispensável um estímulo mundial para impedir colapso total da economia

Segundo economistas das Nações Unidas, são necessários pacotes coordenados de medidas económicas em grande escala a nível mundial, articulados com medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento sustentável, para além das que já foram tomadas em matéria de liquidez e recapitalização, para impedir a economia mundial de entrar em colapso total.

Prevê-se que, no próximo ano, se registre uma quebra do rendimento mundial per capita, uma diminuição do crescimento das exportações e das entradas de capitais e um aumento dos custos do crédito para os países em desenvolvimento, devido ao alastramento da crise de crédito das grandes economias. Além disso, a desvalorização do dólar americano deverá prosseguir, terminando com uma aterragem dura em 2009, afirma o relatório *World Economic Situation and Prospects 2009*, lançado na conferência internacional de análise do financiamento do desenvolvimento em Doha.

O relatório preconiza profundas reformas do sistema financeiro mundial com vista a impedir uma repetição da crise, recomendando, nomeadamente, uma regulamentação mais rigorosa das

instituições financeiras, uma oferta adequada de liquidez internacional, uma revisão geral do sistema de reservas internacionais e uma governação mais inclusiva da economia mundial.

Num outro relatório, o Banco Mundial afirma que será atribuída prioridade à protecção das pessoas pobres e vulneráveis e à eliminação dos condicionamentos que limitam o crescimento económico e a produtividade, de modo a vencer a crise financeira e retomar o processo de crescimento sustentado.

"Os custos de investir simultaneamente em programas sociais e em actividades económicas poderá parecer um esforço tremendo para muitos governos que se debatem neste momento com falta de liquidez", disse o Vice-Presidente do Banco Mundial para a Redução da Pobreza e a Gestão Económica, Danny Leipziger, em Doha, ao lançar o relatório, intitulado *Weathering the Storm: Economic Policy Responses to the Financial Crisis*. "Mas o custo futuro de não agir será talvez muito superior àquilo que se conseguirá poupar com essa inacção".

[Para mais informações](#)

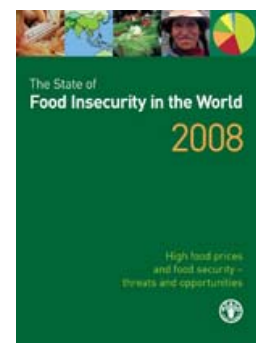
Número de vítimas da fome aumentou para 963 milhões – Crise económica pode agravar a situação

Mais 40 milhões de pessoas foram juntar-se ao número das vítimas da fome este ano, devido sobretudo ao aumento dos preços dos produtos alimentares, segundo as estimativas preliminares divulgadas pela FAO. O número total de pessoas com fome no mundo ascende agora a 963 milhões, em comparação com 923 milhões, em 2007, e a actual crise económica e financeira pode levar a um aumento do número de vítimas da fome e da pobreza, alerta a FAO.

"Os preços dos produtos alimentares baixaram, a nível mundial, desde o início do ano, mas essas descidas não pôs termo à crise alimentar em muitos países pobres", disse o Director-Geral Adjunto da FAO, Hafez Ghanem, ao apresentar a última edição do relatório anual da Organização, *The State of Food Insecurity in the World 2008*.

"Para milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, comer o mínimo necessário para ter uma vida sã e activa é um sonho distante. As causas estruturais da fome, como a falta de acesso a terras, ao crédito e ao emprego, conjugadas com os elevados preços dos produtos alimentares, continuam a ser uma triste realidade", acrescentou.

A grande maioria da população subalimentada do mundo – 907 milhões – vive nos países em desenvolvimento, segundo os dados relativos a 2007 contidos no *State of Food Insecurity in the World*. Sessenta e cinco por cento concentram-se em apenas sete países: Índia, China, República Democrática do Congo, Bangladeche, Indonésia, Paquistão e Etiópia. Quase dois terços (583 milhões em 2007) das pessoas com fome do mundo vivem na Ásia. Na África Subsariana, uma em cada três pessoas – ou 236 milhões, em 2007 – sofre de fome crónica.



[Para mais informações](#)

Promover a igualdade salarial em Portugal*

O Projecto «Revalorizar o Trabalho para Promover a Igualdade» desenvolvido no quadro da Iniciativa Comunitária Equal numa parceria alargada de entidades representando o sector patronal (ARESP), sindical CGTP-IN e FESAHT), organismos públicos (ACT e CITE), Centro de Investigação (CESIS) e OIT, que decorreu nos últimos três anos, teve a sua sessão pública de encerramento a 26 de Novembro em Lisboa, com a participação do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal.

Ao longo das diferentes intervenções foi por diversas vezes destacado o pioneirismo deste projecto, a sua dimensão tripartida, bem como o seu tema principal, a promoção da igualdade salarial.

Este projecto, considerado pioneiro e uma referência a nível internacional, teve como objectivo principal construir uma metodologia de avaliação do trabalho sem enviesamento de género, de acordo com os princípios da Convenção da OIT (nº 100) sobre igualdade de remuneração. Esta metodologia é um instrumento com inúmeras potencialidades, pois permite

encontrar uma referência para fixar e determinar os níveis salariais com base em critérios claros, sistemáticos e negociados entre as partes.

Para a construção da metodologia, participaram vários restaurantes e estabelecimentos similares associados da ARESP, permitindo que fossem observados oito profissões consideradas estratégicas para o sector da restauração e bebidas.



O interesse da OIT por este projecto deveu-se principalmente a três razões: porque trata de um objectivo fundamental para combater as desigualdades sociais, pela eliminação da discriminação salarial; porque desenvolve um método de avaliação dos

postos de trabalho com base no seu conteúdo sem referência às características pessoais de quem os ocupa, correspondendo ao nº 1, do artº. 3ª da Convenção (nº 100); e por fim porque o trabalho desenvolvido no âmbito deste projecto teve uma composição tripartida – com representantes das entidades patronais, sindicais e de organismos públicos sob a tutela do Ministério do Trabalho.

É ainda de realçar que este projecto foi seleccionado para ser apresentado na grande iniciativa de encerramento do Programa Equal Europeu “Projectar um Novo Futuro”, que decorreu entre 10 e 12 de Dezembro em Lisboa.

A OIT e a Iniciativa Comunitária EQUAL realizaram um vídeo onde se documenta o trabalho realizado no quadro deste projecto.

Para saber mais sobre este projecto, por favor consulte o sítio Web http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_equal_pt.htm.

* **Colaboração do Escritório da OIT em Lisboa**

Salários de milhões de pessoas ameaçados pela crise em 2009, segundo OIT



A crise económica mundial deverá provocar “cortes dolorosos” nos salários de milhões de trabalhadores, no mundo, em 2009, segundo um novo relatório publicado hoje pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“Aproximam-se tempos difíceis para os 1,5 mil milhões de assalariados do mundo”, declara o Director-Geral Juan Somavia. “Um crescimento económico lento ou mesmo negativo, conjugado com preços alimentares e energéticos altamente voláteis, vai provocar cortes nos salários reais de numerosos trabalhadores, em particular dos que auferem salários baixos e dos agregados familiares mais pobres. As classes médias serão também seriamente atingidas”.

O relatório, intitulado *Global Wage Report 2008/2009*, adverte que é provável que as tensões relacionadas com os salários se intensifiquem.

Com base nos últimos dados sobre crescimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), a OIT prevê que o crescimento mundial dos salários reais atinja, na melhor das hipóteses, 1,1%, em 2009, em comparação com 1,7%, em 2008, mas é possível que os salários baixem num grande número de países, incluindo as principais economias. De um modo geral, o crescimento dos salários nos países industrializados deverá descer de 0,8%, em 2008, para -0,5%, em 2009.

O relatório da OIT mostra que estas perspectivas sombrias surgem após uma década durante a qual os salários não conseguiram progredir ao mesmo ritmo do crescimento económico.

Enquanto a inflação se mantinha baixa e a economia mundial crescia a uma taxa anual de 4%, entre 2001 e 2007, o crescimento dos salários foi mais lento, aumentando menos de 2% por ano em metade dos países do mundo, diz o relatório.

Registaram-se também grandes diferenças regionais. O crescimento dos salários reais foi de cerca de 1% ou menos por ano, nos países mais desenvolvidos e na América Latina, mas alcançou os 10% ou mais na China, na Rússia e em vários países em transição.

O relatório mostra também que, desde 1995, a disparidade entre os salários mais elevados e os mais baixos aumentou mais de dois terços nos países analisados, alcançando, com frequência, níveis socialmente

insustentáveis. Entre os países desenvolvidos, a Alemanha, a Polónia e os Estados Unidos figuram entre aqueles em que o fosso salarial aumentou mais rapidamente. Noutras regiões, a disparidade também aumentou acentuadamente, em particular na Argentina, na China e na Tailândia.

Alguns países conseguiram reduzir o fosso salarial. Foi o caso de França e Espanha bem como do Brasil e da Indonésia, embora nestes dois últimos as disparidades se mantenham a um nível elevado.

As disparidades salariais entre homens e mulheres continuam a ser elevadas e diminuem muito lentamente. Embora 80% dos países sobre os quais se dispõe de dados tenham registado um aumento do rácio entre os salários médios das mulheres e os dos homens, a magnitude da mudança é pequena e, em certos casos, insignificante. Na maioria dos países, os salários das mulheres representam, em média, entre 70 e 90% dos salários dos homens, mas não é raro encontrar rácios ainda muito mais baixos noutras regiões do mundo, sobretudo na Ásia.

[Para mais informações](#)

Desigualdade compromete possibilidades de educação de milhões de crianças

Milhões de crianças do mundo inteiro estão condenadas a viver na pobreza e com horizontes limitados, devido à incapacidade dos governos no que se refere a reduzir as desigualdades profundas e persistentes na educação, segundo um relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicado a 25 de Novembro.

Intitulado *Education for All Global Monitoring Report – Overcoming Inequality: Why Governance Matters*, o relatório denuncia os efeitos conjugados da indiferença política, das políticas nacionais ineficientes e das promessas internacionais não cumpridas. Segundo este estudo, as disparidades “inaceitáveis” registadas na educação a nível nacional e mundial estão a comprometer os esforços em prol da realização dos objectivos internacionais de desenvolvimento.

“Quando os sistemas financeiros se desmoronam, as consequências são patentes e os governos actuam”, constata o Director-Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura. “Quando os sistemas educativos

fracassam, as consequências podem ser menos visíveis, mas não deixam de ser reais. A desigualdade de oportunidades na educação alimenta a pobreza, a fome e a mortalidade infantil e reduz as perspectivas de crescimento económico. É por esta razão que os governos devem agir com um maior sentido de urgência”.



[Para mais informações](#)

Países ricos devem concentrar-se na qualidade da educação e cuidados na primeira infância



enormes potencialidades no que se refere a reforçar o desenvolvimento cognitivo, linguístico, emocional e social das crianças”, disse a Directora do Centro de Investigação Innocenti da UNICEF, Marta Santos Pais. “Podem ajudar a aumentar o aproveitamento escolar, reduzir a geração precoce de desvantagens, promover a inclusão, constituir um investimento na boa cidadania e promover os progressos das mulheres”.

No entanto, se esses serviços forem de má qualidade, podem traduzir-se em bases pouco sólidas e ser um esteio pouco estável da aprendizagem futura. E aquilo que é verdade em relação às competências cognitivas e linguísticas aplica-se também ao desenvolvimento psicológico e emocional, sublinha o Centro, apelando a uma duplicação dos gastos na educação e cuidados à primeira infância em alguns países.

[Para mais informações](#)

[Para obter relatório: http://www.unicef-irc.org/presscentre/indexNewsroom.html](http://www.unicef-irc.org/presscentre/indexNewsroom.html)

Numa altura em que quase 80% das crianças dos países ricos com idades compreendidas entre os três e os seis anos de idade passam tempo longe dos pais num estabelecimento de educação e guarda de crianças na primeira infância, a qualidade destes serviços pode ser decisiva, determinando a diferença entre grandes benefícios ou grandes danos ao nível de quase todos os aspectos do desenvolvimento da criança, diz um novo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), intitulado *The Childcare Transition*.

“Os serviços de educação e guarda de crianças na primeira infância têm

UNESCO: crise financeira não deve reduzir financiamento consagrado à educação

A crise financeira mundial não deve servir de justificação para reduzir o financiamento da educação, concluíram os Ministros e Representantes dos 153 países que participaram na 48ª. Sessão da Conferência Internacional da Educação da UNESCO, subordinada ao tema “A educação para a inclusão: a via do futuro”, que terminou a 28 de Novembro, em Genebra.

A conferência debateu as diferentes maneiras de garantir uma educação às centenas de milhares de pessoas que não têm acesso ou têm um acesso reduzido à educação. Entre essas populações contam-se 75 milhões de

crianças excluídas da escola. Mais de metade são raparigas e um terço é constituído por crianças com deficiências. A maior parte vive em comunidades pobres e isoladas ou em bairros degradados. Muitas crianças trabalham ou pertencem a populações autóctones ou a minorias linguísticas ou vivem em situações de conflito ou pós-conflito.

Os participantes na conferência insistiram no facto de a educação ser fundamental para a redução da pobreza e a melhoria da saúde e do nível de vida.

[Para mais informações](#)

Diagnóstico e tratamento precoces do VIH salvam a vida dos recém-nascidos, segundo relatório da ONU

O diagnóstico e o tratamento precoces do VIH salvam a vida a bebês recém-nascidos expostos ao vírus, de acordo com um relatório das Nações Unidas. O *Children and AIDS: Third Stocktaking Report*, elaborado pela UNICEF, a OMS, o UNAIDS e o UNFPA, afirma que o diagnóstico de crianças logo após o nascimento e o início de um plano de tratamento médico podem melhorar significativamente as suas hipóteses de sobrevivência.

“Sem tratamento adequado, metade das crianças seropositivas morrerão de causas relacionadas com o vírus até aos dois anos de idade,” disse a Directora Executiva do Fundo da ONU para a Infância (UNICEF), Ann M. Veneman. “As taxas de sobrevivência

chegam a ser 75% mais elevadas no caso dos recém-nascidos portadores do VIH que são diagnosticados e iniciam o tratamento nas primeiras 12 semanas de vida”, acrescentou.

“Actualmente, nenhum bebé deveria ter de morrer de SIDA,” disse a Directora-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Margaret Chan. “Sabemos como evitar estas mortes trágicas, mas temos, agora, de nos concentrar no reforço dos sistemas de saúde, para assegurar que todas as mães e crianças recebam tratamento o mais cedo possível”, acrescentou.

[Para mais informações](#)

Zimbabué: ONU pede 6 milhões de dólares para combater a epidemia de cólera



A Organização Mundial de Saúde das Nações Unidas (OMS) pediu aos doadores internacionais 6 milhões de dólares para combater o pior surto de cólera no Zimbabué, em mais de uma década, com os números a ascenderem já a mais de 16 140 casos de infecção e 775 mortes, desde Agosto.

“Este surto pode ser contido, mais isso depende de muitos factores, em particular de uma abordagem coordenada por parte de todas as entidades prestadoras de cuidados de saúde, de forma a assegurar que

estamos a intervir de forma adequada e nos locais que mais precisam”, disse a representante da OMS no país, Custodia Mandhlata.

A epidemia também já alastrou à vizinha África do Sul e, em menor escala, ao Botsuana e a Moçambique. Na África do Sul, houve, até agora, 750 casos de infecção e 11 mortes.

O Fundo da ONU para a Infância (UNICEF) pediu 17 milhões e meio de dólares para possibilitar a intensificação dos seus esforços de resposta à cólera. “A situação no Zimbabué é terrível e a nossa resposta tem de estar à altura da sua gravidade”, disse, por sua vez, o Representante Interino da UNICEF, Roeland Monasch.

Sector da construção pode fazer mais para reduzir as emissões de carbono



A utilização de energia nos edifícios é responsável por um terço das emissões de gases com efeito de estufa, mas não se estão a aproveitar as enormes potencialidades do sector da construção civil para combater as alterações climáticas, afirma o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA).

Um novo relatório daquele organismo, intitulado *The Kyoto Protocol, the Clean Development Mechanism, and the Building and Construction Sector*, diz que, num total de cerca de 4000 projectos abrangidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto – que financia iniciativas destinadas a reduzir as emissões – apenas 10 visam limitar a utilização de energia em edifícios.

Dezenas de estudos realizados no mundo inteiro mostram que é possível obter uma redução de 30% das emissões de edifícios residenciais e comerciais até 2030, por um custo líquido nulo.

O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), um dos dois galardoados com o Prémio Nobel da Paz no ano passado, adverte que as emissões relacionadas com os edifícios poderão quase duplicar, aumentando de 9 mil milhões de toneladas, em 2004, para quase 16 mil milhões, em 2030.

"Sucessivos relatórios têm vindo a realçar as enormes poupanças que é possível obter combatendo as emissões dos edifícios existentes e construindo edifícios novos com sistemas solares passivos e activos, de baixo consumo energético, para aquecimento e arrefecimento e sistemas eficientes em termos de consumo de energia", disse o Director Executivo do PNUA, Achim Steiner.

[Para mais informações](#)

Explorações agrícolas e florestas podem ajudar a combater alterações climáticas



Embora a agricultura e a desflorestação, em conjunto, sejam responsáveis por quase um terço das emissões de gases com efeito de estufa, as comunidades agrícolas e aquelas cujo meio de vida depende das florestas podem ajudar a combater as alterações climáticas, disse, hoje, a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Para isso, será necessário um aumento do investimento, de modo que os agricultores e silvicultores possam, nomeadamente, utilizar variedades de culturas mais eficientes, controlar melhor os incêndios florestais, melhorar a gestão dos recursos naturais, captar biogás do estrume animal e recuperar solos através do controlo do pastoreio, afirma aquele organismo.

Os financiamentos devem atribuir prioridade aos programas de redução de emissões que, simultaneamente, ajudem a reforçar a segurança alimentar e energética, reduzir a pobreza e promover a utilização sustentável dos recursos naturais. "A silvicultura e a agricultura poderão proporcionar muitas oportunidades para adoptar este tipo de medidas, que trazem benefícios a todos", disse Alexander Müller, Director-Geral Adjunto da FAO.

A desflorestação e a degradação das florestas contribuem com 17% das emissões todos os anos, enquanto a agricultura é responsável por quase 14%.

Quase metade da biomassa terrestre é gerida directa ou indirectamente por agricultores, silvicultores e criadores de gado, e há que mobilizá-los no sentido de reduzir as emissões e garantir que o carbono permaneça no solo e nas plantas.

[Para mais informações](#)

Concentração de gases com efeito de estufa atingiu nível sem precedentes em 2007

Os gases com efeito de estufa, que contribuem para o aquecimento global, continuam a aumentar e as concentrações de dióxido de carbono atingiram o seu nível mais elevado de sempre em 2007, afirma uma publicação lançada pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).

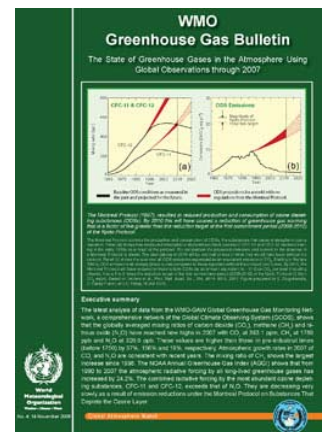
A queima de combustíveis fósseis e outras actividades humanas geram emissões de gases com efeito de estufa, que causam o aquecimento do planeta, ao serem absorvidos pela atmosfera.

Segundo o *Greenhouse Gas Bulletin* de 2007, uma publicação da OMM, a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera aumentou 0,5% em relação ao ano anterior, enquanto as concentrações de óxido de azoto, outra substância que contribui para o aquecimento global, também atingiram níveis recorde em 2006.

Nos últimos vinte e cinco anos, os níveis de dióxido de carbono aumentaram 37%, devido ao consumo acrescido de combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão resultante do crescimento da população e do desenvolvimento urbano. Um outro facto que contribuiu para o aumento dos níveis

de CO₂ é a limpeza de terrenos para fins agrícolas, que liberta uma maior quantidade desse gás para a atmosfera e reduz a absorção de carbono pela biosfera.

O novo relatório diz que é cedo de mais para determinar se haverá uma tendência ascendente dos níveis de metano. Revela também que a quantidade de clorofluorocarbonetos (CFC), continua a diminuir graças às reduções de emissões resultantes da aplicação do Protocolo de Montreal, que entrou em vigor em 1989.



[Para mais informações](#)

Atlas inovador ajuda a combater alterações climáticas e perda de biodiversidade



Um atlas pioneiro lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) mostra que aumentar o financiamento de acções destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa geradas pela desflorestação pode ajudar, simultaneamente, a combater as alterações climáticas e a conservar a biodiversidade.

O novo *Carbon and Biodiversity Demonstration Atlas*, que se julga ser o primeiro do género, identifica as zonas onde há uma convergência de elevados níveis de carbono e de biodiversidade.

"Numa altura de escassos recursos financeiros e preocupações económicas, todos os dólares, euros ou rupias têm de gerar o dobro, ou mesmo o triplo, dos dividendos", disse Achim Steiner, Director

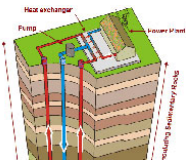
Executivo do PNUA. "O investimento inteligente nas florestas é um importante exemplo de uma acção que produz benefícios para o clima e, também, para os ecossistemas".

Embora as acções tecnológicas desenvolvidas pelo homem para captar o dióxido de carbono produzido pelas centrais eléctricas e fábricas antes de ele ser lançado na atmosfera e para o armazenar nos oceanos e noutros locais desempenhem um papel importante, "o investimento no reforço dos sistemas naturais de captação e armazenamento de carbono será provavelmente aquele que produzirá os melhores resultados", afirmou Achim Steiner.

Esse investimento ajudará também a preservar os meios de vida das populações e a criar milhares de novos empregos "verdes" no sector da silvicultura e da conservação, nos países em desenvolvimento, disse o Director Executivo do PNUA.

[Para mais informações](#)

Vapor quente poderá ajudar a satisfazer as necessidades de electricidade da África Oriental



A África Oriental está a preparar-se para receber uma grande ajuda da natureza no próximo ano, quando começará a explorar um reservatório geotérmico considerável no Vale do Rift, afirma uma declaração emitida, hoje, pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA).

Aquele organismo anunciou que o seu projecto no Quênia, onde está a ser experimentalmente utilizada nova tecnologia sísmica e de perfuração, ultrapassou todas as expectativas, ao atingir poços de vapor capazes de gerar quatro a cinco megawatts de electricidade e, num caso, oito megawatts, o que representa um potencial extraordinário.

Isto poderá traduzir-se numa economia de aproximadamente 75 milhões de dólares para o dono da obra de construção de uma instalação de 70 megawatts, bem como em custos de

electricidade mais baixos para os produtores e consumidores de electricidade, diz o PNUA, num comunicado de imprensa.

Ao falar nas conversações das Nações Unidas sobre alterações climáticas em Poznan, na Polónia, o Director Executivo do PNUA, Achim Steiner, disse que fornecer electricidade aos dois mil milhões de pessoas que ainda não têm acesso à mesma e, simultaneamente, combater o aquecimento global é um dos grandes desafios que o mundo enfrenta.

Os resultados do projecto, apoiado pelas Nações Unidas e financiado pelo Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), abriram o caminho para um projecto internacional no próximo ano, destinado a alargar a exploração da energia geotérmica a todo o Vale do Rift, que se estende desde Moçambique, no Sul, a Djibuti, no Norte.

[Para mais informações](#)

Baleias e golfinhos estão ameaçados pela poluição sonora nos oceanos



As baleias e os golfinhos encontram-se ameaçados pela crescente poluição sonora dos oceanos, em consequência do aumento do tráfego marítimo, dos estudos sísmicos e de uma nova geração de sonar militar, pois estes animais utilizam os sons, por vezes a grandes distâncias, para comunicar, encontrar alimentos e se reproduzir, afirmaram, hoje, algumas associações de protecção da natureza.

As associações que participam numa Conferência do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) sobre Espécies Migratórias, em Roma, apelam aos governos e ao sector privado para que adoptem motores mais silenciosos para os navios, apliquem regras mais restritivas na realização dos estudos sísmicos na exploração petrolífera e de gás e adoptem novas tecnologias, menos invasivas, em matéria de sonares, segundo um comunicado do PNUA.

Por outro lado, o aumento dos níveis de dióxido de carbono (CO₂) devido ao consumo de energias fósseis poderá agravar os níveis sonoros ligados às actividades humanas.

Com efeito, o Grupo de Peritos Intergovernamental sobre a Evolução do Clima, criado pelo PNUA e pela Organização Meteorológica Mundial, alerta, no seu último relatório, para o aumento da acidez dos mares e dos oceanos.

Segundo os investigadores do Instituto de Investigação do Aquário da Baía de Monterrey, nos Estados Unidos, o aumento da acidez dos oceanos poderá tornar o ambiente mais barulhento. As alterações da composição química da água do mar teriam uma consequência principal: a sua absorção dos sons de baixa frequência seria 10% inferior à registada antes da Revolução Industrial.

Se não houver uma redução das emissões de gás com efeito de estufa, os níveis de acidez dos mares e dos oceanos poderão atingir, até 2050, um nível tal que o barulho dos navios e dos canhões sísmicos viajaria até uma distância 70% superior à de hoje.

Yvo de saúde acordo da União Europeia sobre alterações climáticas



Yvo de Boer, Secretário Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), saudou um plano acordado entre os dirigentes da União Europeia para combater o aquecimento global, que foi anunciado a 12 de Dezembro, ao terminarem em Poznan, na Polónia, as negociações internacionais conduzidas pelas Nações Unidas com vista a alcançar um novo acordo sobre a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

"Este é o sinal da determinação e coragem dos países desenvolvidos de que o mundo estava à espera em Poznan", disse.

O plano da UE, negociado em Bruxelas, define a forma como os 27 países membros da União irão reduzir as emissões de carbono em 20%, até 2020.

O acordo "mostra ao mundo que as metas ambiciosas de redução das emissões até 2020 são compatíveis com o desejo de imprimir à recuperação económica uma orientação ecológica", disse Yvo de Boer, acrescentando: "Isto ajudará a fazer avançar o mundo na direcção de um documento final forte, ambicioso e ratificável em Copenhaga, em 2009".

Plano de Acção para África no centro do Ano do Gorila 2009



Algumas das iniciativas previstas no âmbito do Ano do Gorila 2009 constituem projectos que visam promover uma técnica que reduz a necessidade de lenha e carvão, fomentar novos meios de vida das populações humanas, a fim de reduzir a caça furtiva, e permitir a conservação dos seus Habitats (Acordo Gorila), coordenado pela federação de programas de ecoturismo executados com êxito em toda a África.

O Ano do Gorila, inaugurado pelo Príncipe Alberto II de Mónaco, no quadro da abertura da Conferência das Nações Unidas sobre a Fauna Selvagem, pretende dar um novo impulso à conservação dos parentes mais próximos do género humano bem como do seu habitat, reforçando os meios de vida e os rendimentos das populações locais.

Esta iniciativa visa também melhorar a gestão das populações nacionais e

transfronteiriças de primatas, incluindo as que vivem em parques nacionais, através de uma maior cooperação entre os Estados interessados e um maior apoio aos guardas florestais e outros trabalhadores cruciais.

Na semana anterior, teve lugar uma reunião de peritos, a propósito do novo Acordo para a Conservação dos Gorilas e dos seus Habitats (Acordo Gorila), coordenado pela Convenção sobre as Espécies Migradoras do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUE-CMS). Por esta ocasião, foi adoptado um plano de acção mundial para apoiar o Ano do Gorila.

Este plano de acção prevê uma série de projectos inspiradores, susceptíveis de ser apoiados pelos governos, as empresas, a sociedade civil e os indivíduos.

Noventa e quatro países assinam tratado apoiado pela ONU sobre proibição das bombas de fragmentação

Representantes de 94 países reuniram-se, a 3 de Dezembro, em Oslo, na Noruega, para assinar um tratado histórico promovido pelas Nações Unidas, renunciando formalmente à utilização de bombas de fragmentação, uma arma que mata frequentemente civis inocentes e que condiciona seriamente a vida de muitas comunidades, durante décadas após as hostilidades terem cessado.

Na mensagem que dirigiu aos participantes na conferência de assinatura, o Secretário-Geral Ban Ki-moon instou todos os governos a assinarem e ratificarem a Convenção sem demora, acrescentando que o novo instrumento reflecte uma mudança significativa e fundamental na posição de muitos governos.

"Não podemos deixar de destacar a importância desta mudança", disse Ban Ki-moon, numa mensagem lida por Sérgio Duarte, Alto Representante das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento.

"Muitos dos governos aqui presentes hoje, alguns dos quais têm responsabilidades consideráveis em

matéria de defesa e manutenção da paz, concluíram já que as suas políticas não são inteiramente compatíveis com as suas obrigações internacionais e poderão comprometer os esforços de recuperação e de desenvolvimento", acrescenta a mensagem.



Adoptada numa conferência diplomática realizada em Dublin, em Maio passado, a Convenção sobre Munições de Fragmentação estabelece, pela primeira vez, a proibição da utilização, produção, transferência e armazenamento destas armas,

representando o tratado humanitário sobre desarmamento mais significativo da última década.

Para além de causar vítimas humanas, as munições de fragmentação contaminam as terras aráveis, matam animais de pecuária e destroem abrigos, representando um obstáculo permanente à recuperação económica e ao desenvolvimento, afirma o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A Convenção – negociada por Estados que produzem ou armazenam munições de fragmentação ou representam as suas vítimas – impõe obrigações importantes no que se refere à assistência às vítimas, limpeza de zonas contaminadas e destruição de arsenais.

"Vemos aqui uma oportunidade sem precedentes de os Estados assinarem este tratado, eliminando do mundo uma arma que ataca civis", disse a Directora do Gabinete de Prevenção de Crises e Recuperação do PNUD, Kathleen Cravero.

Genocídio no Ruanda: cantor Simon Bikindi condenado a 15 anos de prisão



manipulavam a história do Ruanda para criar a solidariedade hutu e incitavam à violência.

O Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR) condenou, a 2 de Dezembro, o cantor ruandês Simon Bikindi por incitação ao genocídio, em 1994.

Simon Bikindi era director de um grupo de ballet, o Irindiro, compositor e cantor célebre, na altura do genocídio, que fez mais de 800 000 mortos entre os Tutsis e os Hutus que se opunham à violência.

Simon Bikindi foi condenado por genocídio, incitação pública e directa ao genocídio, homicídio e perseguição, os quais constituíram crimes contra a humanidade. É acusado de ter sido responsável por ataques específicos na prefeitura de Gisenyi, perpetrados por membros do Interahamwe, de que faziam parte alguns elementos do seu grupo de ballet Irindiro.

Três canções são visadas especificamente na acusação – *Twasezereye*, *Naga Abahut* e *Bene Sebahinzi* – porque

Em Junho de 1994, o cantor instalou-se num veículo equipado de altifalantes que percorreu a estrada entre Kivumu e Kavoye, para incitar a população ao assassinio e exterminação dos Tutsis. O facto de ter abusado da sua posição, isto é, da sua celebridade, para cometer tais actos foi considerado pelo Tribunal como circunstância agravante.

Simon Bikindi foi detido nos Países Baixos a 12 de Julho de 2001 e transferido para o TPIR a 27 de Março de 2002. Os anos de prisão preventiva serão descontados do total da pena que lhe foi imposta.

Conselho de Segurança deve agir, se for emitido mandado de detenção contra Presidente do Sudão – “já houve suficiente apaziguamento”



O Procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno Ocampo, pediu uma acção concertada do Conselho de Segurança para fazer cumprir um mandado de detenção que os juízes do Tribunal possam vir a emitir contra o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, por ter pretensamente cometido crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio.

A 14 de Julho, Luis Moreno Ocampo pediu aos juízes do TPI que emitissem um mandado de detenção contra o Presidente sudanês por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, nomeadamente com base numa ordem dada pelo Sr. Al-Bashir, em Março de 2003, em relação aos ataques contra os povos Fur, Masalit e Zaghawa. Essa ordem precisava, segundo as próprias palavras do Presidente sudanês: "Não quero prisioneiros nem feridos, quero apenas terra queimada", disse Luis Moreno Ocampo.

O Governo sudanês não respeitou a declaração do Presidente do Conselho de Segurança, em Julho, sublinhou Luis Moreno Ocampo. "O genocídio prossegue, as violações continuam, a assistência humanitária continua a ser entravada e mais de 5000 pessoas morrem todos os meses", afirmou.

O princípio da complementaridade é uma pedra angular do Estatuto de Roma do TPI, lembrou Luis Moreno Ocampo. No caso actual, é muito fácil aplicar essa complementaridade do Tribunal Penal Internacional, porque não há acções judiciais sudanesas contra os crimes a grande escala de que o Tribunal tem conhecimento e o relatório apresentado pelo Governo do Sudão à União Africana, a 17 de Setembro, confirma-o oficialmente.

Luis Moreno Ocampo lembrou que o Presidente Al-Bashir disse abertamente que não entregaria o seu Ministro Ahmad Harun à justiça porque este executava as suas próprias instruções. A impunidade concedida ao Sr. Harun é uma "mensagem directa a todos os autores de crimes no Darfur sentido de que o Presidente protegerá aqueles que aplicam as suas ordens", acrescentou.

A decisão sobre o pedido de emissão de mandado de detenção sobre o Presidente está agora nas mãos dos juízes. "O Conselho de Segurança deve estar preparado", afirmou. Se os juízes emitirem tal mandado, será necessária uma "acção unida e firme" do Conselho.

"Precisamos apenas de que os Estados-membros do Conselho tenham a vontade política necessária para impor a plena aplicação da resolução 1593 (2005) pelas autoridades de Cartum. Já houve suficiente apaziguamento", concluiu Luis Moreno Ocampo.

[Para mais informações](#)

60°. Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem

*Maria de Jesus Barroso Soares
Presidente da Fundação Pro Dignitate*



Estamos celebrando o sexagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, surgida após a segunda guerra mundial.

Nela se considera – logo no seu Preâmbulo – “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis”, tidos e muito justamente, como “base da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

Nos seus 30 artigos são afirmados esses direitos que comprometem todos os Estados que subscreveram a Declaração a respeitarem-nos e a fazerem-nos respeitar.

Mas será que estes direitos tão claramente afirmados são, efectivamente, respeitados? Ou serão apenas meros princípios programáticos?

Olhando para o mundo de hoje, tão sufocado pela globalização económica, não poderemos deixar de ficar preocupados e de exigir de nós próprios – e dos governos e das instituições internacionais – um empenhamento e sobretudo “um novo compromisso para a ética do universalismo estabelecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem”, como se diz no Relatório do Desenvolvimento Humano 1999.

Acrescenta ainda esse Relatório, muito sabiamente: “Quando o mercado vai demasiado longe, dominando os resultados sociais e políticos, as oportunidades e recompensas da globalização difundem-se de forma desigual e não equitativa – concentrando poder e riqueza num grupo seleccionado de pessoas, países e empresas, marginalizando os outros. Quando o mercado fica fora de controlo, as instabilidades revelam-se na aceleração e na queda das economias, como na crise financeira do Leste Asiático e suas repercussões mundiais, que reduziram o produto mundial num valor estimado de dois biliões de dólares em 1998 – 2000. Quando as motivações de lucro dos actores do mercado ficam fora de controlo, desafiam a ética das pessoas e prejudicam o respeito pela justiça e direitos humanos”.

Porque é preciso, evidentemente, que o mundo da globalização em que hoje vivemos seja um mundo não apenas dos mercados e dos lucros mas um mundo das pessoas – da globalização da cultura, dos valores e sobretudo da solidariedade.

Como podemos ficar indiferentes à notícia de que, “nos quatro anos anteriores a 1998, as duzentas pessoas mais ricas do mundo mais do que duplicaram a sua riqueza líquida para cima de um bilião de dólares? Os activos dos três primeiros multimilionários são superiores ao PNB conjunto de todos os países menos desenvolvidos e dos seus seiscentos milhões de pessoas”?

Onde está a aplicação dos Direitos proclamados nas Declarações?

O número dos que têm fome cresce – na Etiópia morre-se aos milhares à mingua de alimento.

Em Bombaím morre-se nas ruas, por falta de agasalho, falta de pão, falta dos mais elementares cuidados.

Em Angola por virtude de uma guerra fratricida – morreram de fome centenas e centenas de pessoas – homens, mulheres e crianças – em cima de minas de diamantes e de vastos lençóis de petróleo, para além de outras riquezas.

No Brasil, das favelas – onde as carências são brutais – avista-se as casas dos ricos que vivem em condomínios fechados com receio dos bandos de marginais esfomeados.

Em certos países de África – no Mali, por exemplo – faz-se um esforço enorme para alcançar um púcaro de água potável, enquanto nos países ditos desenvolvidos se gasta, num banho diário, a quantidade de água que mataria a sede a uma família durante alguns dias.

Noutros ainda, cometem-se agressões contra a integridade física das mulheres e discrimina-se, incrivelmente, o acesso das raparigas à escola, em favor dos rapazes.

A miséria, a ignorância têm – como já foi dito e repetido – um rosto de mulher. Que trabalha, aliás, muito mais do que os homens em certos países e funciona neles – como diz René Dumont num dos seus interessantes livros – apenas como uma máquina de trabalho e de procriação. No Sudeste Asiático prostituem-se as crianças e oferecem-se – por dinheiro, obviamente – ao gozo de senhores que vêm nessa parte do mundo satisfazer desejos imundos, enquanto nos seus países se proclamam defensores dos valores da família.

Em várias partes do mundo – e especialmente no martirizado continente africano – fazem-se negócios fabulosos com a venda das armas, alimentando, vergonhosamente, conflitos que opõem sobretudo irmãos contra irmãos. E são os países que vendem as armas que depois, hipocritamente, vão dar a ajuda humanitária aqueles que ajudaram a estropiar, que condenaram à fome e ao sofrimento por via das armas que venderam.

As doenças recrudescem no mundo – a SIDA atinge números assustadores, a tuberculose reaparece – e os adultos e sobretudo as crianças morrem por falta de cuidados e tratamento.

Onde está, pois, o respeito pelos Direitos Humanos? Onde ficou o cumprimento do compromisso, por países e instituições internacionais, assumido com a

assinatura da Convenção dos Direitos Humanos?

Perante tudo isto não será caso para dizer, parafraseando Morin, que o “Titanic” em que nos encontramos vai, irremediavelmente, para o fundo?

Ou para repetir a pergunta posta pelo historiador René Dumont: “A história política do século XX permite um certo optimismo ou justifica algum catastrofismo?”

Diz o historiador e eu repito-o:

“O papel da política é o de conjurar as catástrofes, de as prevenir e de tirar de uma dada situação as possibilidades positivas. Se não tivesse havido uma vontade política as guerras de religião teriam continuado e as nações teriam continuado a despedaçar-se. Nos tempos antigos a política era o monarca, os seus conselheiros, os seus legisladores e um certo número de oficiais do rei e os parlamentos; hoje são os povos e aqueles a quem eles confiam o poder.

Por consequência o problema põe-se a cada um, a saber, que nenhum cidadão pode desinteressar-se da política porque ela lhe diz respeito, mas também porque ela depende dele: nós detemos uma pequena parcela da liberdade. A resposta à questão – optimismo ou catastrofismo – depende moderadamente de nós”.

E mais à frente conclui:

“E tudo depende no fundo da inteligência, da lucidez, da capacidade de analisar as situações, de tirar delas as consequências: A inteligência não é suficiente, é preciso a vontade e a coragem, que é uma virtude cívica. Mas não é apenas verdadeiramente para a história das sociedades: Não é a mesma coisa para a liberdade de cada um no exercício e na conduta da sua existência pessoal?”

É essa vontade e coragem dos que hoje podem exercer a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões – que o artigo 11º da Declaração lhes confere – porque são cidadãos livres de países livres, porque fazem parte dos que vivem em Democracia, que terão de exercer para denunciar as agressões que são cometidas, ainda hoje, contra os sagrados, inalienáveis e universais Direitos Humanos.

René Dumont di-lo, com a sua imensa sabedoria e visão de historiador, habituado a analisar os factos e os homens que fizeram a história.

Também penso, mas fundamentada na observação e na curiosidade que me merece tudo o que se passa à minha volta e na experiência que tive num país que viveu cinquenta anos sob uma ditadura, que é possível mudar o estado do mundo se cada um de nós – membros de uma e mesma família que é a Humanidade – assumir a quota parte de responsabilidade que lhe cabe como cidadão, com vontade e com coragem.

Para que o “Titanic” não vá, efectivamente, para o fundo.

Para que os Direitos Humanos não sejam meras teorias programáticas.

PORTUGUESES E A ONU

O Centro de Estudos Innocenti da UNICEF – um centro de estudos de promoção dos direitos da criança

Marta Santos Pais

Directora do Centro de Estudos Innocenti da UNICEF

Em 2001 assumi a direcção do Centro de Estudos Innocenti da UNICEF. Depois de mais de uma década de entusiástico envolvimento na formulação de normas internacionais de defesa dos direitos humanos e de actividades de promoção da Convenção dos Direitos da Criança, como membro do Comité das Nações Unidas e como responsável pela área de definição de políticas, planeamento e avaliação da UNICEF, chegava o momento de dedicar uma atenção privilegiada à reflexão – reflexão sobre a relevância das medidas adoptadas a nível nacional e internacional para a realização dos direitos humanos, e de avaliação dos seus efeitos na melhoria das condições de vida dos mais jovens cidadãos do nosso globo. Ganhar perspectiva sobre o processo de mudança alcançado nos últimos anos constituía uma dimensão aliciante do trabalho; mas não menos importante era a oportunidade de utilizar os resultados dessa análise e reflexão para colocar na agenda internacional e no debate social de cada país a temática da infância, e influenciar a adopção de políticas e de instituições de protecção da criança.

1. O Centro de Estudos Innocenti é uma instituição académica vocacionada para a realização dos direitos da criança. Estabelecido em 1988, em Florença, a criação do centro precedeu a adopção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, mas antevia já no seu mandato a oportunidade de contribuir para a promoção da ratificação deste tratado e de integrar os seus princípios na pesquisa que o Centro viria a desenvolver. Com a crescente adesão à Convenção e o processo inigualável que a sua aplicação tem gerado em todas as regiões do mundo, os estudos Innocenti têm ganho uma relevância crescente para o Comité das Nações Unidas, constituindo além disso uma fonte de informação para reformas legislativas, institucionais e de políticas da infância. As mudanças constitucionais introduzidas para garantir o reconhecimento dos direitos da criança, bem como o estabelecimento crescente de Provedorias dos direitos da criança e de mecanismos de coordenação das políticas da infância são disso um exemplo bem ilustrativo.

2. Um mandato global - O Centro Innocenti representa a voz da pesquisa e investigação na UNICEF. Embora situado na Europa, o Centro apoia o mandato da organização em favor das crianças em todo o mundo. Por esse motivo, os estudos Innocenti abordam temáticas de

relevância para países em vias de desenvolvimento – por exemplo, para prevenir e combater o recrutamento de crianças-soldado e garantir a consideração dos seus direitos no seio de Comissões de Paz e de Reconciliação (como é actualmente o caso na Libéria), ou para promover um sistema universal de registo de nascimentos que possa garantir o direito a uma identidade a todas as crianças; e consideram igualmente a situação da criança nos países em transição e nas nações economicamente mais desenvolvidas - o mais recente estudo sobre os cuidados de primeira infância nos países da OCDE confirma esta vocação e preconiza o acesso por todas as crianças a serviços de qualidade para a primeira infância, e um investimento público adequado, capaz de promover a inclusão social dos mais desfavorecidos. Desta forma, o Centro reafirma o imperativo da universalidade dos direitos humanos.

De forma crescente, os estudos Innocenti vêm reconhecendo também os desafios sem fronteiras que comprometem a realização dos direitos da criança, e as soluções criativas e promissoras levadas a cabo em todas as regiões do mundo – a protecção contra a discriminação e a marginalização, contra todas as formas de violência e a exploração, por exemplo associada ao tráfico de crianças e à migração, ilustram bem esta realidade. Claramente, a protecção dos direitos da criança está muito menos dependente do estádio de desenvolvimento de cada país que do empenhamento político dos seus líderes e da prioridade que é dada à infância pela sociedade no seu todo.

3. Um mandato académico orientado para a acção – Como componente de uma organização altamente descentralizada e orientada para a melhoria das condições de vida das crianças e comunidades mais pobres e excluídas, o Centro de Estudos Innocenti tem características muito especiais no quadro das Nações Unidas. Por um lado, é uma instituição académica que analisa a infância nas diversas etapas do seu desenvolvimento e no quadro da agenda de desenvolvimento, segurança e paz e de defesa dos direitos humanos da organização. Esta não é uma tarefa fácil, dada a frequente falta de estudos e dados estatísticos concretamente dedicados à criança.

Por outro lado, o trabalho do Centro procura influenciar um processo de mudança social, e não de mera reflexão intelectual. Deste modo, os estudos Innocenti abordam de forma

detalhada e multidisciplinar os desafios que comprometem o desenvolvimento da criança e a realização dos seus direitos, mas avançam também soluções capazes de influenciar a formulação de políticas públicas e de mobilizar o apoio da sociedade civil.

Desenvolver uma análise séria para enriquecer o nosso conhecimento e influenciar o mundo académico é um objectivo fundamental do nosso trabalho. Mas o nosso esforço só é verdadeiramente premiado quando as conclusões e recomendações dos nossos estudos ganham um lugar de relevo nos debates governamentais e parlamentares e uma vida própria na agenda das nações.

Para ser eficaz neste processo, foi necessário desenvolver uma estratégia inovadora. Uma estratégia caracterizada pelo planeamento e desenvolvimento de estudos com a participação de figuras representativas do mundo académico e a associação de peritos de renome internacional, desta forma garantindo credibilidade às soluções preconizadas; mas também uma estratégia que é sensível às perspectivas de quem tem responsabilidades políticas e toma em conta os pontos de vista de organizações que conhecem os problemas e são sensíveis às expectativas e perspectivas das próprias crianças. Com esta preocupação, o Innocenti é hoje um centro estratégico de reflexão e de debate, sentando à volta da mesma mesa representantes governamentais e parlamentares, universidades, instituições independentes de defesa da criança, representantes da sociedade civil e agências das Nações Unidas. O diálogo entre diferentes experiências e perspectivas, e a abordagem multidisciplinar que força um olhar sobre a criança como ser multifacetado e cidadão de corpo inteiro tem-nos levado a descobrir novas dimensões e a equacionar soluções pragmáticas, exigentes mas também possíveis. Por outro lado, tem permitido reduzir a distância que separa os valores universais preconizados pelos tratados de direitos humanos e a dureza do quotidiano de pobreza, exclusão e indiferença que marcam, ainda hoje, a realidade de tantos milhões de crianças. Se é verdade que muito resta por fazer, os progressos alcançados reforçam a nossa convicção de que é urgente prosseguir.

¹ Adoptada em Nova Iorque em 20 de Novembro de 1989.

² As decisões da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre a protecção da criança.

contra todas as formas de violência e a campanha que lançou para a proibição dos maus tratos no seio da família, bem como os debates levados a cabo em diversos parlamentos europeus sobre a necessidade de desenvolver uma estratégia nacional de combate à pobreza infantil e de inclusão social dos mais desfavorecidos são alguns importantes exemplos da influência dos estudos Innocenti.

O CANTO DA RÁDIO ONU *

O primeiro Relatório Mundial sobre Ferimentos na Infância revela que todos os anos 830 mil crianças morrem devido a acidentes que podiam ser evitados. Os traumatismos, aliás, são a principal causa de mortes entre os menores de nove anos de idade.

O documento, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, e pela Organização Mundial da Saúde, OMS, foi publicado em Genebra, na Suíça, no dia 10 de dezembro. A data marcou ainda os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

As duas agências concordam em considerar o número de vítimas de traumatismos um autêntico problema de saúde pública, em nível mundial. Com uma proposta para programas de prevenção, reeducação e informação, o relatório sugere que os casos de mortes podem baixar assim como os acidentes com menores.

O diretor do Departamento de Ferimentos e Prevenção à Violência da OMS, Etienne Krug, concedeu a seguinte entrevista à Rádio ONU de seu escritório em Genebra.



Rádio ONU: Quais são as principais conclusões deste relatório?

Etienne Krug: É o primeiro relatório sobre sofrimentos e traumatismos na infância. Este documento revela que, em nível mundial, todos os anos morrem, no mundo, 830 mil crianças devido a traumatismos involuntários e que esta é a primeira causa de morte entre as crianças até aos nove anos. Aprendemos que se trata de um problema de saúde pública muito maior do que imaginávamos. E é uma pena porque existem programas de prevenção e é possível salvar mil vidas por dia, através destas iniciativas.

RO: Quais são os acidentes que provocam a maior parte das mortes entre as crianças?

EK: Os mais importantes são os de trânsito. Depois são os afogamentos e, por fim, as queimaduras. São as três maiores causas de morte de crianças por acidente no mundo. As quedas são outro fenômeno importante porque, embora não causem tantas mortes, provocam incapacidade nas crianças, o que é também um problema de saúde pública.

RO: O que seria possível então fazer para mudar este cenário e, no fim, salvar vidas?

EK: A recomendação mais importante é que se aumente o número de programas de prevenção em todo o mundo. Sejam países ricos ou pobres, existem possibilidades de se

realizar programas para evitar estes acidentes e conseqüentemente as mortes. A segunda recomendação é que se olhe para os sistemas de saúde de vários países e regiões, para que se possa melhorar também os sistemas de recepção das vítimas de acidentes, que termina traumatizadas. E a terceira é que haja mais cooperação com as agências internacionais de desenvolvimento que apóiam os programas de saúde infantil nos países, de modo a que se inclua a prevenção dos traumatismos nesses programas.

RO: O caso específico da África merece alguma atenção particular no relatório?

EK: O caso do continente africano é muito importante. É ali que encontramos as taxas mais altas de mortalidade por causa dos acidentes, especialmente nos acidentes de trânsito. Daí que seja muito importante investir nos programas de prevenção nos países africanos.

RO: Há algum dado concreto sobre o caso africano?

EK: Sabemos que as taxas de mortalidade provocadas por traumatismos cranianos na África são 30 vezes mais altas do que na Europa. Mais do que falar de números, gostaria de falar do fator humano. Trabalhei como médico, durante dois anos, em Moçambique. Nesse período havia duas crianças que ficaram no hospital depois de terem sofrido queimaduras muito graves. Ficaram lá durante dois anos, em situação muito difícil, em sofrimento. Precisavam de reabilitação, a família teve de mudar-se para perto do hospital, as crianças não puderam ir à escola durante esse tempo, a família teve problemas para pagar os tratamentos. Houve uma série de conseqüências muito importantes para estas vítimas. É importante sublinhar que as mesmas que resultam destes acidentes são enormes para a criança, para a família e para a sociedade.

RO: Quanto à América do Sul, qual é o panorama geral?

EK: Há problemas importantes em nível dos acidentes de trânsito. Os pedestres, as crianças,

que andam de bicicleta e motocicletas, são vítimas de acidentes no Brasil e na América Latina em geral.

RO: Diz-se muito que o espaço da casa devia ser o mais seguro para uma criança, mas nem sempre é assim. O relatório dá conta dos riscos que existem dentro de casa?

EK: Temos o problema de estarmos a desenhar as casas, as ruas e o ambiente em geral onde as crianças vivem e brincam, a pensarmos como adultos. Acontece que as crianças não são pequenos adultos. São diferentes, com diferentes necessidades resultantes do seu crescimento, da descoberta, da brincadeira, às vezes de correrem riscos, além de serem mais pequenas, têm uma pele mais frágil. E quando desenhamos uma casa ou uma rua, temos de ter isso em atenção, para podermos proteger as crianças dos perigos e evitar os traumatismos. Assim, no final, prevenimos acidentes e mortes.



* Colaboração da Rádio ONU

O AMBIENTE EM PERSPECTIVA***O voluntariado ambiental e os objectivos do Milénio**

No dia 5 de Dezembro comemorou-se o Dia Internacional do Voluntariado (DIV), este ano com um significado especial, em virtude de coincidir com o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No ano transacto o Secretário-Geral das Nações Unidas enfatizou a importância da acção do voluntariado na prossecução dos objectivos do Milénio desta forma: “A acção dos voluntários é essencial no nosso esforço global de combate às alterações climáticas, que coloca uma séria ameaça à nossa capacidade de alcançar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. (...) Precisamos de gente em todo o mundo para se voluntariar para esta causa e para ajudar as comunidades na mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças do clima.” (Declarações de Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas no DIV de 2007).

Em Setembro de 2000, a Declaração do Milénio, proclamada pelas Nações Unidas, veio colocar uma tónica especial na importância das questões ambientais na erradicação da pobreza, uma vertente essencial do desenvolvimento sustentável. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2005) “a Declaração apresenta uma visão arrojada firmada num compromisso partilhado com relação aos direitos humanos universais e à justiça social, e apoiada por metas com prazos bem definidos. Essas metas incluem a redução da pobreza extrema para metade, diminuição da mortalidade de crianças,

provisão de educação para todas as crianças do mundo, redução das doenças infecciosas e a promoção de uma nova parceria mundial para produzir resultados”.

A Declaração do Milénio procurou assentar no estabelecimento de metas concretas que implicassem a inversão da tendência da degradação do ambiente e da insustentabilidade das condições de vida em grande parte do planeta. Concretamente, o 7º Objectivo do Milénio - Garantir a sustentabilidade ambiental – invoca a necessidade de integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, com vista a: inverter a perda de recursos ambientais; reduzir para metade a proporção da população sem acesso sustentável à água potável e alcançar, até 2020, uma melhoria significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros degradados.

Seja na Etiópia, na construção de barreiras anti-erosão para impedir o avanço do deserto; na China, promovendo a protecção de zonas húmidas, habitat da águia-de-cauda-branca e do grou-de-pescoço-preto; ou no Camboja, consciencializando as populações para os prejuízos da sobre-caça e da destruição da floresta (vide <http://www.unv.org/en/what-we-do/thematic-areas/environment.html>), é cada vez mais evidente a importância das acções de voluntariado ambiental na construção de um futuro sustentável para o planeta, designadamente, na protecção da

vida selvagem e dos seus habitats, no combate à desertificação e na promoção da sensibilização para os problemas ambientais.

Na sua mensagem para o DIV de 2008, o Secretário-Geral das Nações Unidas faz notar que o voluntariado é “uma força potencialmente vasta e poderosa para envolver as populações na conquista da paz e do desenvolvimento”. Com estas palavras secunda a declaração de Kofi Annan no DIV de 2005, quando disse: “Neste Dia Internacional do Voluntariado, recordemos a multidão anónima de cidadãos que, dia após dia, com um gesto simples ou sublime, levam a esperança a tantos desfavorecidos do mundo. Velemos por que este recurso maravilhoso, que abunda em todas as nações, seja devidamente reconhecido e apoiado nos seus esforços para tornar o mundo mais próspero e mais pacífico.”

Carlos Costa

GEOTA – Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente

* Esta coluna é da responsabilidade do GEOTA. Os artigos nela publicados expressam exclusivamente os pontos de vista do autor, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição das Nações Unidas.

A ONU e a UE

(<http://www.europa-eu-un.org/>)

Facilité alimentaire pour les pays en développement
(16 de Dezembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8372_en.htm

UN Climate Change Conference: EU Commission welcomes Poznan outcome
(13 de Dezembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8368_en.htm

Brussels European Council – EU Presidency Conclusions: Lisbon Treaty, response to financial crisis, climate and energy package
(12 de Dezembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8365_en.htm

UN Climate Change Conference: EU Commission endorses Poznan declaration
on reducing emissions from deforestation
(12 de Dezembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8367_en.htm

EU Council Conclusions on the 60th anniversary of the adoption of
the Universal Declaration of Human Rights
(8 de Dezembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8350_en.htm

Kosovo: Déclaration de la Présidence au nom de l’Union européenne sur le déploiement d’EULEX
(2 de Dezembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8337_en.htm

Central African Republic: EU Commission provides €6m in humanitarian aid
(1 de Dezembro)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_8334_en.htm

A ONU e a imprensa portuguesa

Celebra-se dentro de dias, a 10 de Dezembro, o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento que assinalou um ponto de viragem fundamental na história humana, por ser o primeiro acordo internacional a enunciar as liberdades, direitos e privilégios que toda a humanidade podia reivindicar. Há seis décadas, a Declaração Universal afirmava que a força das ideias partilhadas e de uma visão comum de coexistência respeitadora e pacífica podia prevalecer sobre a brutalidade, o ódio e a destruição. Desde então, o mundo pode ter mudado muito, mas o reconhecimento da nossa semelhança intrínseca em matéria de direitos, da nossa reivindicação comum de uma vida digna, do nosso direito de contarmos e sermos tidos em conta, independentemente da nossa ascendência, género e cor, condição e credo, aplica-se tanto às realidades de hoje como se aplicava em 1948.

E o mesmo se pode dizer do destaque dado pela Declaração Universal à relação indissolúvel entre liberdades fundamentais e justiça social e à ligação entre estes dois elementos e a paz e a segurança. Ao evitar

estabelecer uma hierarquia de direitos, a Declaração expressou muito claramente a igualdade de estatuto dos direitos políticos, civis, económicos, sociais e culturais, bem como a sua interdependência. A Declaração concebeu um mundo em que todos os homens, mulheres e crianças viveriam com dignidade, sem fome, violência ou discriminação e usufruindo dos benefícios de uma habitação, dos cuidados de saúde, da educação e de oportunidades.

Um *corpus* vasto e crescente de direito internacional veio explicitar os princípios da Declaração Universal, especificando as obrigações dos Estados no que se refere a defender esses princípios. Esses princípios foram subscritos pelas constituições e leis de mais de 90 países. Foram criados instrumentos internacionais, regionais e nacionais para servir de guardiães e mecanismos de supervisão dos direitos humanos, da sua promoção e protecção. No mundo inteiro, a sociedade civil tem vindo a exercer vigilância sobre a aplicação de direitos, revelando uma capacidade e influência crescentes.

Não há dúvida, porém, de que, apesar de todos os nossos avanços no plano jurídico e

na prática, continua a haver graves lacunas na protecção das pessoas contra o medo, a injustiça e a desigualdade.

A impunidade, os conflitos armados e os regimes autoritários ainda não foram vencidos. Infelizmente, os direitos humanos são, por vezes, ignorados para promover interesses tacanhos em matéria de segurança. E, lamentavelmente, muitas vezes pretende-se erroneamente uma solução de compromisso entre a justiça e a paz, quando as sociedades saem de uma situação de conflito e os combatentes regressam às suas comunidades. [...]

Em “Continua a haver graves lacunas na protecção das pessoas contra o medo, a injustiça e a desigualdade – Um mundo sem brutalidade, sem ódio e sem destruição” (versão integral) – Navanethem Pillay, Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Público, 7/12/2008

60th Anniversary of the Universal Declaration of Human Rights

English: <http://www.un.org/events/humanrights/2008/>

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/60UDHRIntroduction.aspx>

<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/UDHRTurns60.aspx>

2008 ECOSOC resolutions

<http://www.un.org/ecosoc/docs/res2008.asp>

Charter of the United Nations – new website

<http://www.un.org/aboutun/charter/>

New Civil Society Participation Database

<http://esango.un.org/civilsociety/login.do>

Children and armed conflict in Afghanistan (S/2008/695)

English, French and Spanish: <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=S/2008/695>

Children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo (S/2008/693)

English, French and Spanish: <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=S/2008/693>

UNEP Climate Change Strategy

http://www.unep.org/pdf/UNEP_CC_STRATEGY_web.pdf

The “Audiovisual Library of International Law” on Human Rights

<http://untreaty.un.org/cod/avl/historicarchives.html#human>

Human rights translated - a business reference guide

http://www.ohchr.org/Documents/Publications/Human%20Rights%20Translated_web.pdf

The Universal Declaration of Human Rights: An Historical Record of the Drafting Process

<http://www.un.org/Depts/dhl/udhr/>

Unfinished Business: A Comparative Survey of Historical and Contemporary Slavery (UNESCO)

<http://www.unesco.org/culture/pdf/UnfinishedBusinessReport2008.pdf>

Pode encontrar estas e muitas outras informações úteis no

Boletim da Biblioteca do UNRIC

Novos sítios Web



PUBLICAÇÕES – DEZEMBRO DE 2008

Migration and Development: Achieving Policy Coherence

Código de Venda:
08.III.S.4
ISBN-13: 9789211036633
Publicado em Dezembro de 2008
Disponível em inglês

United Nations Global Compact Inspirational Guide: Human Rights, Labour, Environment, Anti-Corruption – Partnerships for Development

Código de Venda:
08.II.A.5
ISBN-13: 9789211045802
Publicado em Dezembro de 2008
Disponível em inglês

Every Drop Counts: Environmentally Sound Technologies for Urban and Domestic Water Use Efficiency

Código de Venda:
08.III.D.18
ISBN-13: 9789280728613
Publicado em Dezembro de 2008
Inclui um CD-ROM
Disponível em inglês

Joint Evaluation of the UNDG Contribution to the Paris Declaration on Aid Effectiveness: First Phase

Código de Venda:
08.III.B.25
ISBN-13: 9789211262308
Publicado em Dezembro de 2008
Disponível em inglês

Human Rights Translated: A Business Reference Guide

Código de Venda:
08.II.A.17
ISBN-13: 9780975244258
Publicado em Novembro de 2008
Disponível em inglês

Embedding Human Rights in Business Practice II

Código de Venda:
08.II.A.6
ISBN-13:
9789211045819
Publicado em Dezembro de 2008
Disponível em inglês

Poderá encontrar estas e outras publicações na página na internet do Serviço de Publicações das Nações Unidas:

<https://unp.un.org/>

CALENDÁRIO

**Dia Internacional de
Comemoração em
Memória das Vítimas do
Holocausto**

27 de Janeiro

**Dia Mundial para a Justiça
Social**

20 de Fevereiro

**Dia Internacional da
Língua Materna**

21 de Fevereiro

**Gimme Shelter: Ben Affleck e Mich Jagger
unem-se para ajudar ACNUR na RDC**



O actor e realizador Ben Affleck e o cantor Mick Jagger lançaram, a 17 de Dezembro, uma curta metragem intitulada “Gimme Shelter”, que se destina a ajudar a angariar 23 milhões de dólares a favor do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em 2009, e a fornecer água potável e kits de ajuda humanitária a 250 000 arrancadas de suas casas pelo recomeço dos combates na República Democrática do Congo (RDC), em Agosto.

“Fizemos este filme para chamar a atenção para a crise humanitária na RDC, num

momento em que uma parte demasiado grande do mundo se mostra indiferente ou desvia os olhos do que se passa no país”, declarou Ben Affleck, ao lançar o filme, numa conferência de imprensa com o ACNUR, em Nova Iorque.

“Gimme Shelter”, foi filmado no Kivu Norte, epicentro do último surto de violência, e mostra o sofrimento invisível das famílias congoleesas que fugiram dos combates sem poder levar praticamente nada com elas, se abrigam onde podem e têm muito pouco para viver, estando expostas à violência, incluindo sexual no caso das mulheres, aos raptos e à cólera e outras doenças.

“Gimme Shelter” será distribuído no mundo inteiro graças à Internet, às televisões, aos telemóveis, ao cinema e a cadeias de hotéis, a fim de ajudar a conhecer o trabalho realizado pelo ACNUR e incentivar a dádava de fundos destinados aos congoleeses deslocados. Basta fazer um clique!

Directora do Centro:

Afsané Bassir-Pour

Responsável pela publicação:

Ana Mafalda Tello

Redacção :

Emerência Rolo

Natalie Rulloda

Concepção gráfica:

Gregory Cornwell



Rue de la loi /Wetstraat 155

Résidence Palace Bloc C2, 7^{ème} et 8^{ème}

1040 Bruxelles

Belgique

Tel.: + 32 2 788 84 84

Fax: + 32 2 788 84 85

Sítio na internet: www.unric.org

E-mail: portugal@unric.org